



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Do I want to break free? – O papel das experiências na infância, resiliência, crenças no livre-arbítrio e mundo justo no bem-estar subjetivo em adulto

Rodrigo João Domingues de Sousa

Mestrado em Ciências das Emoções

Orientador:

Doutor Cícero Roberto Pereira, Investigador Principal com Agregação, ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Patrícia Paula Lourenço Arriaga Ferreira, Professora Associada com Agregação, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025



Departamento de Psicologia

Do I want to break free? – O papel das experiências na infância, resiliência, crenças no livre-arbítrio e mundo justo no bem-estar subjetivo em adulto

Rodrigo João Domingues de Sousa

Mestrado em Ciências das Emoções

Orientador:

Doutor Cícero Roberto Pereira, Investigador Principal com Agregação, ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Patrícia Paula Lourenço Arriaga Ferreira, Professora Associada com Agregação, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Agradecimentos

Começo por agradecer à sorte que tive ao longo da vida para poder estar hoje a concluir a minha dissertação de mestrado. A sorte de crescer num sítio que me permitiu ver o mundo de tantas formas diferentes, a vida humana no seu pior e melhor. Sorte de ser filho de uma mulher lutadora e mãe na verdadeira ascensão da palavra. A sorte que sei em grande parte existir por estar rodeado de amigos que me têm vindo a acompanhar, seja em momentos bons, maus, memoráveis, irrelevantes ou tudo ao mesmo tempo. Espero que, caso leiam isto, saibam quem são e que vos levo a todos cá dentro. Este estudo é sobre crenças, e talvez a minha crença pessoal mais forte é a de que sou um rapaz sortudo.

Agradeço à Profª. Patrícia e ao Prof. Cícero, por toda a ajuda e disponibilidade que mostraram para contribuir para este projeto e tornarem possível estudar com qualidade esta temática que me apaixona e tanta curiosidade me desperta. Da mesma forma, agradeço ao Prof. André, que me auxiliou no início deste percurso e demonstrou-me que o ensino é compatível com humor e criatividade sem perder competência, pelo contrário. Agradeço também a todos e todas os que se sentaram ao meu lado durante estes dois anos de mestrado. Agradeço profundamente também a todos aqueles dispensaram do seu tempo e energia para responder e partilhar o questionário do estudo que de seguida terei todo o gosto em apresentar, sejam eles amigos, familiares, colegas, conhecidos ou desconhecidos.

No fundo, agradeço a todos, sem exceção.

Resumo

As experiências vividas na infância e adolescência poderão relacionar-se com a forma como nos percecionamos na vida adulta, contribuir para o desenvolvimento de crenças sobre o funcionamento do mundo e ter impacto no nosso bem-estar. O presente estudo teve como objetivo analisar o papel destas experiências percebidas, bem como das crenças no livre-arbítrio, no mundo justo, e da resiliência, no bem-estar subjetivo. Participaram 402 adultos (66,7% do sexo feminino) entre os 18 e 86 anos ($M = 24.97$; $DP = 14.69$) num inquérito online. Foram avaliadas as percepções das experiências na infância (PEI), positivas e negativas, as crenças no livre-arbítrio (CL-A) e num mundo justo (CMJ), a resiliência e o bem-estar subjetivo (BES). A análise de um modelo de mediação múltipla mostrou um efeito mediador da CMJ, mas não da CL-A, na relação entre as experiências de infância e o BES. Verificou-se ainda que relatar mais experiências negativas do que positivas na infância se relacionou com um menor BES. Num modelo de mediação moderada, a resiliência não moderou as relações previamente testadas. Contudo, num modelo complementar de mediação em série, a resiliência emergiu como mediadora proximal do BES, apresentando um efeito indireto significativo quer como mediadora única, quer em sequência por via da CL-A e da CMJ. Em conjunto, os resultados evidenciam a importância das experiências na infância no bem-estar adulto, explicado em parte pela resiliência, e pelas crenças que desenvolvemos sobre o mundo, tais como a crença num mundo justo e no livre-arbítrio.

Palavras-chave: Experiências na infância; Crença no livre-arbítrio; Crença num mundo justo; Resiliência; Bem-estar subjetivo.

Abstract

Our childhood experiences can be related to the way we perceive ourselves in adulthood, contribute to the development of beliefs about the way the world operates and impact our well-being. The present study had the objective of analyzing the role of the recollection of these experiences, as well as the belief in free-will, the belief in a just world and the resilience, in our subjective well-being. 402 adults (66,7% female) between 18 and 86 years of age ($M = 24.97$; $SD = 14.69$) participated in an online questionnaire. We evaluated the perceptions of childhood experiences (PCE), both positive and negative, belief in a just world (BJW) and free-will (FWB), resilience and subjective well-being (SWB). The analysis of a multiple mediation model showed a mediating effect of the BJW, but not of the FWB, in the relation between PCE and SWB. We also verified that reporting more negative than positive childhood experiences was related to a lower SWB. In a moderated mediation model, the perceived resilience did not moderate any of the previously tested relations. However, in a complementary serial mediation model, the perceived resilience emerged as the most proximal mediator of SWB, showing a significant indirect effect as an isolated mediator and sequentially through the FWB and BJW pathways. These results highlight the importance that childhood events can have in the well-being of an adult, explained partially by the perception of resilience, and the way we develop beliefs about the world, such as beliefs in a just world and free-will.

Keywords: Childhood events; Free-will belief; Belief in a just world; Resilience; Subjective well-being.

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de Tabelas e Figuras	vi
Glossário de Siglas	vii
Capítulo 1. Introdução Geral	9
Capítulo 2. Revisão da Literatura	12
2.1. Memórias das experiências na infância	12
2.1.1. Memórias das experiências adversas na infância	12
2.1.2. Memórias das experiências positivas na infância e Resiliência	13
2.2. Crenças	16
2.2.1. Crença no livre-arbítrio	17
2.2.2. Crença num mundo justo	19
2.3. Bem-estar subjetivo	21
2.4. Objetivo e Hipóteses	23
Capítulo 3. Método	25
3.1. Participantes	25
3.2. Medidas	27
3.3. Procedimento	33
3.4. Estratégia de Análise de dados	34
Capítulo 4. Resultados	36
4.1. Análise preliminar e descritiva	36
4.2. Modelo 1: Mediação múltipla (paralela)	39
4.3. Modelo 2: Moderação múltipla	42
4.4. Análise exploratória complementar: Modelo 3, mediação múltipla em série	44
Capítulo 5. Discussão	48

5.1. A crença num mundo justo medeia a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, bem como a crença no livre-arbítrio (apenas pela via da resiliência)	50
5.2. Resiliência não enquanto moderadora, mas como mediadora da relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo	54
5.3. Limitações e recomendações para futuros estudos	57
Capítulo 6. Conclusões	60
Referências	62

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos participantes.....	26
Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis de interesse do estudo.....	37
Tabela 3 – Correlações bivariadas entre as variáveis do estudo.....	38
Tabela 4 – Índices de ajustamento dos modelos.....	39
Tabela 5 – Efeitos estandardizados das variáveis de interesse e covariáveis sociodemográficas no modelo de mediação múltipla.....	40
Figura 1 – Parâmetros estimados estandardizados, representando a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, mediada pela crença num mundo justo e a crença no livre-arbítrio.....	41
Tabela 6 – Efeitos estandardizados das variáveis de interesse e covariáveis sociodemográficas no modelo de moderação múltipla.....	42
Tabela 7 – Efeitos estandardizados das variáveis de interesse e covariáveis sociodemográficas no modelo de mediação múltipla.....	44
Tabela 8 – Decomposição dos efeitos estandardizados do modelo 3, em que as percepções das experiências na infância predizem o bem-estar subjetivo, serialmente mediado pela crença num mundo justo, crença no livre-arbítrio e resiliência.....	46
Figura 2 – Parâmetros estimados estandardizados, representando a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, mediada pela crença num mundo justo, crença no livre-arbítrio e resiliência.....	47

Glossário de abreviaturas e siglas

BES	Bem-estar subjetivo
CMJ	Crença num mundo justo
CL-A	Crença no livre-arbítrio
Dr.	Doutor
Dr. ^a	Doutora
EAI	Perceções das experiências adversas na infância
EPI	Perceções das experiências positivas na infância
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ISCTE-IUL	Instituto Universitário de Lisboa
n./nº	números
p.	página
PEI	Perceções das experiências na infância
Prof.	Professor
Prof. ^a	Professora
Ref.	Referência
Resil	Resiliência

CAPÍTULO 1

Introdução Geral

“Não somos nada mais, nada menos, que a sorte biológica e ambiental cumulativa que nos trouxe até este momento” (Sapolsky, 2023, p. 4).

A afirmação de Sapolsky (2023, p. 4) constitui o ponto de partida para a tese central deste estudo. Aquilo que somos nos dias de hoje, a nossa individualidade, caracterizada pela forma como sentimos, pensamos e interpretamos o mundo e nós próprios deriva do que acreditamos ser a acumulação de experiências, percetivamente guiada por recorrentes padrões de comportamento, mentais, mas também sensitivos, motores, somáticos e ambientais externos, numa dança contínua, processual, que não se interrompe (Maturana & Varela, 1980), e que pode estar associado com o nosso bem-estar subjetivo. Partimos do pressuposto de que aquilo que recordamos por nós ter sido vivido ao longo da nossa infância e adolescência, sejam experiências positivas ou traumáticas, poderá estar relacionado com aquilo que somos e o nosso bem-estar, podendo o seu impacto persistir até à nossa vida adulta ou até ao longo de toda a vida (Horváth et al, 2024; Daines et al, 2021). No entanto, aquilo que acreditamos serem as marcas deixadas por estas experiências não são necessariamente fixas. Ao longo da vida, as nossas percepções sobre estas experiências poderão ser ultrapassadas, resignificadas e interpretadas em função de posteriores acontecimentos ou processos de desenvolvimento que poderão também advir das reavaliações subjetivas que fazemos sobre os eventos passados à luz das novas experiências que vivemos, o que pode permitir que consigamos resistir e adaptar-nos de forma positiva perante as percepções que temos sobre experiências negativas passadas e deixar-nos mais preparados para possíveis experiências danosas no futuro (Daines et al., 2021; Poole et al., 2017)

No que toca às experiências na infância, muito do foco da literatura é em torno das percepções das experiências adversas (Almeida et. al, 2021). No entanto, durante a vida, as percepções sobre as nossas experiências não serão todas boas ou más. Existirá um entrelaçar dos dois tipos de percepções das experiências ao longo do tempo, verificando-se que, inclusivamente, as tendemos a recordar mais experiências positivas na infância do que as experiências adversas (Daines et al., 2021). De facto, as nossas avaliações tendem a ser enviesadas para a atenção e retenção de informação negativa, um mecanismo adaptativo que nos faz planear cuidadosamente para que possamos evitar situações danosas no futuro (Bromberg-Miartin &

Sharot, 2020; Rozin & Royzman, 2001). Entendemos, assim, ser importante avaliar simultaneamente as percepções subjetivas que as pessoas têm sobre as experiências adversas e positivas na infância, pois esta complementaridade permitirá que se observe este fenómeno de uma forma mais completa e, inclusivamente, a forma como a combinação destes poderá estar relacionada com o bem-estar subjetivo na vida adulta. Tendo em conta a evidência empírica já consolidada sobre a relação entre as percepções das pessoas dos eventos significativos da sua infância e adolescência no seu bem-estar enquanto adultos, levantamos a questão sobre quais os fatores que poderão atenuar esta relação.

Reconhecendo a complexidade da interação entre as percepções das experiências positivas e adversas na infância, poderão existir padrões de associação com diferentes consequências no bem-estar, assim como naquilo que são diferenças individuais na forma como as pessoas reagem a estas percepções, como, por exemplo, a resiliência (Bunting et al., 2023) – aqueles que se avaliam como mais aptos para lidar com a adversidade podem percecionar as experiências negativas ao longo da vida como menos impactantes no seu bem-estar ao longo da vida (Crandall et al., 2019; Haczewicz et al., 2024; Liu et al., 2020). Desta forma, a resiliência poderá ser um fator importante para compreendermos a relação entre a valência das percepções dos eventos da nossa infância e as avaliações subjetivas que fazemos sobre os aspetos que consideramos importantes para o nosso bem-estar no presente. De facto, é provável que, nos indivíduos que se auto-reportam como mais resilientes, as percepções sobre os eventos negativos que recordam ter vivenciado tenham menor impacto no bem-estar na vida adulta do que naqueles que se auto-reportam como menos resilientes. Se este padrão diferencial ocorrer, será então provável que a relação entre as percepções sobre eventos passados e as avaliações subjetivas do bem-estar no presente sejam moderadas pela percepção acerca da sua resiliência. Apesar de se reconhecer o seu cariz de trato protetor, adaptativo e moderador da relação entre percepções das experiências adversas na infância e, por exemplo, sintomas associados à depressão maior (Morgan et al., 2021; Poole et al., 2017), o presente estudo pretende colmatar a informação limitada que existe acerca do possível papel moderador da resiliência da relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo.

A forma de ver o mundo poderá também estar relacionada com as experiências positivas ou adversas tidas ao longo da infância e adolescência e, por consequência, afetar o bem-estar subjetivo. Por exemplo, crenças acerca de justiça, como a crença num mundo justo, e crenças acerca da liberdade de escolha, como a crença no livre-arbítrio, são duas crenças tidas como adaptativas e positivamente relacionadas a um maior bem-estar subjetivo (Bartholomaeus &

Strelan, 2019; St Quinton et al., 2023) que poderão ser afetadas por um maior número de percepções de experiências adversas, assim como pela ausência de um número significativo de experiências positivas na infância e adolescência. Consequentemente, as diferenças individuais subjetivas que suportam estas crenças poderão funcionar como diferentes mecanismos através dos quais as percepções sobre as experiências no passado poderão estar associadas com o bem-estar subjetivo na vida adulta (Correia et al., 2024; Li et al., 2017). Neste sentido, e tendo em conta aquilo que sabemos acerca do impacto das percepções das experiências adversas na infância e adolescência ao longo de toda a vida, entendemos que é pertinente avaliar este fenómeno não só dum ponto de vista da sua relação estritamente direta, mas também a forma como esta poderá estar relacionada com as crenças no livre-arbítrio e num mundo justo, duas crenças basilares e extremamente relevantes para aquilo que são as nossas definições de moralidade, justiça, liberdade e responsabilidade individual (Genshow et al., 2023; Otto & Dalbert, 2005).

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

2.1. Memórias das experiências na infância

2.1.1. Memórias das experiências adversas na infância

As experiências que recordamos ter vivido ao longo da infância podem ter um papel importante para a construção do adulto que surgirá mais tarde na vida, podendo condicionar positiva ou negativamente aquilo que será a saúde física, psicológica, bem como comportamental e social ((Dube, 2018; Nahar et al., 2025). As experiências negativas (ou adversas) na infância são definidas como eventos potencialmente traumáticos que ocorrem nos primeiros 18 anos da vida, entre os quais se podem incluir diferentes formas de abuso (sexual, emocional ou físico), negligência (emocional ou física) ou disfunções severas no seio familiar ou habitacional, como o divórcio, abuso de substâncias ou doença mental (Horváth et al., 2024).

Os que recordam uma exposição continuada a estes contextos adversos poderão ter estado expostos a níveis de stress exacerbados, associados a um aumento do risco para o desenvolvimento patologias do foro psiquiátrico, como a depressão e a ansiedade (Briggs & Price, 2009; Yohros, 2023). A sobrecarga cognitiva, psicológica e fisiológica imposta por estes eventos pode provocar, posteriormente, uma deterioração dos mecanismos de *coping* necessários para lidar com diferentes stressores que possam vir a surgir ao longo da vida (Crandall et al., 2019; Nahar et al., 2025). Modificações como a hipervigilância, a sobrestimação de ameaças, a culpabilização excessiva e o aumento da punição e responsabilização própria são habituais consequências em quem se encontra frequentemente exposto a eventos adversos (Briggs & Price, 2009). Autores como Kessler e colegas (2010) identificam, inclusivamente, as experiências adversas na infância como a possível causa de cerca de 30% das patologias do foro psiquiátrico. Isto mostra a importância do contexto ambiental a que estamos expostos no nosso desenvolvimento naquilo que é não só a saúde na infância, mas também ao longo de toda a vida.

Dum ponto de vista comportamental e cognitivo, a falta de segurança e de previsibilidade, típica dos ambientes adversos, poderão modificar os julgamentos que informam e fundamentam a posterior tomada de decisão – é habitual verificar-se mudanças na forma como se prioriza a informação, sendo que aqueles que recordam ter vivido um maior número de experiências adversas na infância dão uma maior atenção à informação sobre riscos e tendem a desvalorizar a que

informa sobre as recompensas, surgindo daqui um padrão de tomada de decisão de evitação de riscos e de menor atração para a recompensa (Sheffler et al., 2019; Smith et al., 2025). Quem recorda ter sido exposto a um maior número destes eventos poderá não só ver modificados padrões de julgamento e tomada de decisão, mas também crenças tidas como basilares acerca da forma como funciona o mundo no geral e o nosso próprio mundo – os eventos traumáticos na infância têm apresentado inclusivamente uma correlação negativa com o significado da vida (Rose et al., 2022; Samios et al., 2020). Parece possível que os que recordam ter enfrentado um maior número de eventos negativos sintam uma diminuição da sensação de justiça e de controlo pessoal sobre o que sentem e pensam, bem como sobre as suas ações (Feng et al., 2023; Horváth et al., 2024). No estudo de Horváth e colegas (2024) existiu inclusivamente uma relação dose-resposta entre as experiências adversas na infância e as crenças metacognitivas negativas acima referidas, o que sugere que a acumulação destas experiências negativas poderá predizer uma maior sensação de falta de controlo, previsibilidade e justiça, e, desta forma, uma menor crença no livre-arbítrio e num mundo justo, bem como um menor bem-estar subjetivo na vida adulta.

2.1.2. Memórias das experiências positivas na infância e Resiliência

No nosso dia-a-dia, observamos por vezes um enfoque maior nas experiências negativas do que nas positivas. Por exemplo, existe uma tendência para que notícias com títulos negativos sejam mais lidas do que notícias com títulos positivos – e quantas mais palavras negativas, maior a probabilidade de a notícia ser lida (Robertson et al., 2023). De facto, a cognição humana aparenta apresentar um viés direcionado para a atenção e retenção de informação negativa, um mecanismo adaptativo que nos faz planejar cuidadosamente para que possamos evitar situações potencialmente danosas no futuro (Bromberg-Martin & Sharot, 2020; Rozin & Royzman, 2001). No que toca às experiências na infância, muito do foco da literatura é em torno das experiências adversas que, como já conferimos, podem ter um impacto significativo ao longo de toda a vida. No entanto, durante a vida experiências não serão todas boas ou más. Existirá um entrelaçar dos dois tipos de experiências ao longo do tempo. Verifica-se que, inclusivamente, as experiências positivas na infância são mais frequentemente recordadas do que as experiências adversas (Daines et al., 2021).

As experiências positivas ou benevolentes na infância estão associadas a um impacto benéfico para o próprio – estas dizem respeito a recursos ou experiências positivas a nível interno (crenças positivas sobre o próprio), familiar (a nível das relações parentais e com outros

adultos cuidadores) e comunitário (com vizinhos, amigos ou professores, por exemplo) (Narayan et al., 2018). Ao contrário das experiências adversas na infância, estas apresentam-se relacionadas a um maior bem-estar na vida adulta, sendo que a ausência de experiências afetivas na infância poderá inclusivamente ser uma pior preditora do bem-estar ao longo da vida do que a existência de experiências adversas na infância. (Almeida et al., 2021; Daines et al., 2021). A existência dum forte afetividade familiar, um estilo de educação parental eficaz e um envolvimento positivo com a comunidade em redor apresentam um impacto positivo no desenvolvimento de competências emocionais e sociais, que poderão também auxiliar para a criação de mecanismos de adaptação e de resiliência perante possíveis experiências adversas que possam ocorrer ao longo da sua vida (Daines et al., 2021; Poole et al., 2017). No entanto, perante um elevado número de experiências adversas na infância recordadas (superior a quatro), as experiências positivas não parecem suficientes para atenuar as consequências negativas destas experiências no bem-estar na vida adulta (Crandall et al., 2019) Ou seja, as experiências positivas são promotoras do bem-estar mesmo na presença de experiências adversas, desde que não tenha existido uma grande acumulação destas ao longo da infância.

A complexidade desta relação sugere que se deve compreender mais profundamente os mecanismos através dos quais as experiências positivas poderão contrariar ou atenuar os efeitos de experiências adversas (Bunting et al., 2023; Bellis et al., 2018). Para que tal aconteça, parece ser importante o desenvolvimento de mecanismos protetores e adaptativos que permitam lidar com potenciais adversidades que surjam ao longo da vida, como é o caso da resiliência. A resiliência define-se como a capacidade de adaptação e de lidar positivamente com as situações adversas que podem surgir ao longo da vida, de forma a preservar ao longo do tempo a saúde nas suas várias dimensões – física, psicológica e social (Fontes et al., 2024; Scali et al., 2012). O desenvolvimento da resiliência poderá estar relacionado com aquilo que se experiencia ao longo da vida, dependendo das interações com o ambiente em redor, o que é sugestivo da importância dos recursos pessoais, familiares e comunitários de cada um (Morgan et al., 2022; Smith et al., 2016). Os indivíduos que se percecionam como mais resilientes tendem, de facto, a demonstrar um maior bem-estar subjetivo, assim como uma menor probabilidade de desenvolver psicopatologias (Morgan et al., 2022; Scali et al., 2012; McLafferty et al., 2021). Estes poderão estar munidos de uma maior força motivacional para a resolução de problemas e planeamento para o futuro, bem como mecanismos de *coping* adaptativos, entre os quais se incluem um maior otimismo, regulação emocional benéfica, maior auto-estima, auto-eficácia e maior sensação de controlo sobre as próprias ações (Cicchetti & Rogosch, 2009; Campbell-

Sills et al., 2009). Isto poderá contribuir para a redução dos níveis de stress e ansiedade sentidos e estimular uma maior satisfação com a vida e bem-estar subjetivo (Lau et al., 2018; Smith et al., 2016;).

Zimmerman (2013) identifica diferentes mecanismos de construção da resiliência. O primeiro destes é o modelo compensatório, que indica que as experiências positivas são independentes das negativas e atuam de forma contrária a estas, ou seja, apresentaram um efeito benéfico independentemente do risco proporcionado do menor ou maior número de experiências adversas acumuladas ao longo da infância. O segundo é o modelo dos fatores protetores, que indica que fatores protetores (neste caso, as experiências positivas) servem como moderadores da relação entre as experiências adversas e o resultado (por exemplo, o bem-estar), ou seja, existirá um efeito diferente consoante o baixo ou alto risco provocado por uma menor ou maior exposição a experiências adversas na infância. Por fim, o terceiro é o modelo de competição, que indica que até um número moderado de eventos adversos, a presença de um número suficiente de experiências poderão sobrepor-se e promover uma melhor qualidade de vida na idade adulta. Contudo, perante um número elevado de eventos adversos, o efeito destes irá sobrepor-se e serão detrimetrais para o bem-estar na vida adulta, sendo os eventos positivos insuficientes para contrariar este efeito.

O papel protetor da resiliência enquanto moderadora foi observado por Smith e colegas (2016), que verificaram que aqueles que se reportaram como mais resilientes viram atenuadas as consequências de mecanismos de *coping* vistos como tipicamente desadaptativos, como o caso do foco não-constitutivo em emoções, em sintomas depressivos e na afetividade negativa sentida. Já Edwards e colegas (2014) observaram que níveis mais elevados de resiliência relatados eram atenuadores da relação entre as experiências adversas na infância e o bem-estar psicológico na vida adulta, sendo que, para aqueles que se referiam como mais resilientes, a diferença no bem-estar psicológico era mínima entre os que reportavam ter experienciado poucas ou muitas experiências adversas na infância. No entanto, o modelo protetor da resiliência nem sempre tem sido suportado pela literatura; por outro lado, os modelos de formação da resiliência que têm vindo a apresentar evidências mais consistentes e sólidas são o modelo compensatório e o de competição (Bunting et al., 2023; Crandall et al., 2019).

2.2. Crenças

As emoções moldam e são moldadas pelas nossas crenças em relação ao mundo, muitas vezes de forma praticamente intangível e inconsciente. As emoções e as crenças partilham características íntimas, que interagem entre si numa forma bidirecional, apesar das suas diferenças dum ponto de vista fenomenológico. Tanto as emoções como as crenças são estados mentais – as crenças são representações cognitivas tidas como potencialmente verdadeiras acerca do mundo, e têm em si um componente motivacional e funcional, que auxilia na tomada de decisão e execução de comportamentos direcionados aos objetivos desejados (Alwin, 2001; Bromberg-Martin & Sharot, 2020). Ainda assim, as crenças poderão existir pela sua desejabilidade, mesmo que as proposições que estas implicam tendam a não ser verdadeiras. Já as emoções podem ser definidas como reações complexas a um ou mais estímulos (*triggers*), reações essas que podem envolver modificações a nível cognitivo, fisiológico, comportamental e subjetivo (sentimentos), que têm em si, tal como as crenças, uma componente funcional e motivacional, direcionada para a ação, que nos dirigem para ou afastam de algo, de acordo com os nossos objetivos, desejos, preocupações ou bem-estar (Shiota & Kalat, 2018, p. 5-6).

Tendo em conta esta componente funcional e motivacional partilhada de crenças e emoções, na prática, de que forma podem estas interagir? As emoções poderão potenciar o surgimento de novas crenças ou até modificar crenças já existentes. (Frijda et al., 2000). As emoções poderão aumentar a saliência de certos estímulos, e, assim, captar uma maior atenção para algo ao nosso redor. O aumento da atenção irá causar uma avaliação mais aprofundada de algo, promovendo a criação ou modificação de crenças. As emoções poderão apresentar uma forte valência e saliência, seja ela positiva ou negativa. Isto faz com que se possam não só formar crenças positivas, mas também crenças caracterizadas por uma valência negativa, úteis para a promoção da nossa sobrevivência e bem-estar – por exemplo, a crença de que certo ambiente pode ser ameaçador, que provocará medo ou ansiedade, fará com que se evite estar num local com essas características, de forma a proteger o nosso bem-estar ou sobrevivência. (Frijda et al., 2000). Como tal, a exposição repetida a momentos que provoquem fortes respostas emocionais ao longo da vida poderão modificar as nossas percepções e crenças acerca do funcionamento do mundo e, consequentemente, interferir de forma positiva ou negativa naquilo que é o nosso bem-estar na vida adulta.

2.2.1. Crença no livre-arbítrio

A crença no livre-arbítrio é considerada um pilar da moralidade, justiça e responsabilidade individual (Monroe et al., 2014; Pockett, 2007; Rakos et al., 2008), e é uma crença tida pela generalidade da população (Clark et al, 2014; Nadelhoffer et al., 2023), notando-se uma preferência por esta desde a infância (Nichols, 2004). Dum ponto de vista conceptual, esta crença nem sempre é fácil de separar de outros construtos associados à agência humana – no entanto, aquilo que o distingue dos demais é a sua forte associação à capacidade de escolha, uma escolha livre e independente de constrangimentos internos e externos, partindo do princípio que quem decide poderia ter feito de outra maneira no mesmo contexto, caso quisesse (Feldman, 2017; Rigoni et al., 2012). Assim, o livre-arbítrio é definido como a capacidade que um indivíduo tem de escolher livremente as suas ações, tendo a oportunidade de atuar de forma diferente para a mesma situação (Baumeister et al., 2010), sendo o próprio o responsável pelas suas ações, visto que é capaz de controlar os seus comportamentos (Carey & Paulhus, 2013).

Mais do que compreender a existência ou não do livre-arbítrio, parece ser importante olhar para o livre-arbítrio enquanto crença, de forma a compreender melhor o porquê de esta ser uma crença tida pela maioria da população e aparentemente desejável. A crença no livre-arbítrio tem sido apontada como uma crença originária de uma necessidade biológica adaptativa, sendo que acreditar na sua existência tem, em si, uma componente funcional e motivacional (Baumeister et al., 2009; Leotti et al., 2010), devido a uma necessidade de significado, intencionalidade e controlo (Leisman et al., 2012; St Quinton et al., 2023). A desejabilidade desta crença aparenta estar relacionada com a necessidade de nos sentirmos em controlo – a capacidade de poder escolher de forma diferente demonstra-se desejável, mesmo em contextos que não são controláveis (Pronin et al., 2006). Um possível motivo apresentado para o emergir desta crença é a sua utilidade enquanto reguladora moral do mundo – ou seja, ela apresenta utilidade para a responsabilização individual pelas ações, o que permite regular o comportamento de acordo com as normas sociais e culturais vigentes – as pessoas apresentam a capacidade de decidir autonomamente e de forma diferente dentro do mesmo contexto, logo, existirá uma maior tendência para a culpabilização e punição daqueles que corrompem as regras (Clark et al., 2014; House et al., 2020). Algo que reforça esta noção é a maleabilidade desta crença perante certos contextos, sendo que é mais comum atribuir um maior livre-arbítrio a quem tem ações negativas do que a quem tem ações com consequências positivas (Pronin et al., 2010).

Por outro lado, a indução experimental da descrença no livre-arbítrio tem revelado algumas das possíveis implicações do enfraquecimento desta crença. A descrença no livre-arbítrio poderá estar associada a consequências negativas, como sentimentos de alienação, diminuição do sentido de significado de vida e de gratidão, assim como desresponsabilização dos outros, diminuição do comportamento pró-social e inclusive alterações em processos neurocognitivos, como uma menor preparação para a ação e redução da capacidade de aprendizagem após erros (Alquist et al., 2013; Seto & Hicks, 2016; Stillman & Baumeister, 2010). Isto pode fazer-nos inferir que acreditar no livre-arbítrio tem em si uma valência positiva e adaptativa, enquanto a sua descrença poderá resultar no oposto, potenciando o surgimento de emoções negativas, associadas, por exemplo, a uma perda de significado, agência e controlo – algo que pode sair reforçado pela correlação entre a descrença no livre-arbítrio e a crença no determinismo fatalístico e científico (Carey & Paulhus, 2013). No entanto, uma recente meta-análise, realizada por Genshaw e colegas (2023) mostrou que não existiram consequências significativas a nível da moralidade, cognição ou comportamento após a indução da descrença no livre-arbítrio, tendo sido identificada uma inconsistência metodológica e dificuldades de reproduzibilidade na literatura analisada. É também referido que o grau de descrença induzido, numa forma geral, foi fraco e pouco duradouro no tempo, sugerindo que a manipulação, apesar de eficaz no momento, poderá ter sido insuficiente para modificar esta crença de uma forma mais prolongada no tempo (Crone & Levy, 2019; Genshaw et al., 2023). Espera-se que crenças com um grau elevado de confiança apresentem uma menor flexibilidade, mantendo a sua estabilidade ao longo do tempo, mesmo quando postas em causa com informação contraditória (Bromberg-Martin & Sharot, 2020; Petty & Krosnick, 2014, p. 93).

E de que forma poderão as percepções das experiências na infância modificar a crença no livre-arbítrio? Como referido anteriormente, um elevado número de experiências adversas (ou reduzido número de experiências positivas) na infância poderão ter consequências nefastas, que se refletem não só no momento, mas também ao longo da vida adulta (Briggs & Price, 2009; Dube, 2018; Price, 2005). Quem recorda um maior número de experiências adversas (ou menor número de experiências positivas) poderá estar sujeito à modificação de processos comportamentais e cognitivos, devido à exposição a stressores crónicos e ambientes instáveis, com elevada imprevisibilidade, muitas vezes incontroláveis, provocando uma maior sensação de perigo e falta de controlo comportamental e dos pensamentos (Rose et al., 2022; Samios et al., 2020; Smith et al., 2025). Desta forma, sendo a capacidade de controlo e escolha uma característica fundamental da crença no livre-arbítrio, a exposição regular a ambientes que

reforçam a falta de controlo e incapacidade de escolha poderão modificar a crença no livre-arbítrio. Por outro lado, as experiências positivas poderão potenciar crenças positivas sobre o próprio (Narayan et al., 2018), entre as quais, uma maior percepção de segurança, previsibilidade e controlo sobre a própria vida. As experiências positivas poderão promover também a resiliência, protetora dos efeitos negativos que a adversidade causa no próprio (Daines et al., 2021).

Tendo isto em consideração, a crença no livre-arbítrio poderá também ter um efeito no bem-estar subjetivo (Zhao & Huo, 2022). No entanto, a literatura acerca desta temática tem apontado em diferentes sentidos. Por um lado, uma fraca crença no livre-arbítrio tem-se apresentado associada a uma diminuição do significado e satisfação com a vida, sendo a última destas uma componente integrante do bem-estar subjetivo (Crescioni et al., 2016; Zhao et al., 2024). Isto poderá ocorrer devido a uma maior sensação de controlo e de importância da capacidade de escolha no percurso da própria vida (Alquist et al., 2013; St Quinton et al., 2023). Por outro lado, o bem-estar não estará necessariamente comprometido para aqueles que tenham uma fraca crença no livre-arbítrio. Por exemplo, como demonstrado por St. Quinton et al. (2024), tanto o significado como o propósito da vida poderão manter-se intactos, sobretudo quando estes não são avaliados após a manipulação da crença no livre-arbítrio (tida pela maioria da população), com o objetivo do seu enfraquecimento – neste contexto, aqueles que têm a sua crença enfraquecida apresentam, de facto, uma diminuição do significado e satisfação com a vida. Contudo, não se verificam diferenças na satisfação e propósito da vida quando comparando aqueles que têm uma crença forte ou fraca no livre-arbítrio – a ausência de uma escolha livre não implica que, mesmo perante os constrangimentos na escolha e tomada de decisão, exista uma diminuição da importância das escolhas individuais e da consequência destas na vida (Caruso et al., 2019; Katzir & Genshow, 2022).

2.2.2. Crença num mundo justo

Diariamente, deparamo-nos com um mundo interconectado que nos informa, ao segundo, dos mais variados acontecimentos de pendor negativo que ocorrem na nossa sociedade (Robertson et al., 2023). Estes constantes lembretes da vulnerabilidade humana, quer seja relativa, por exemplo, à saúde ou à segurança, podem sujeitar-nos a todos a viver constantemente imersos num grande pessimismo e diminuta esperança acerca do futuro. No entanto, de forma algo contraditória e, simultaneamente, adaptativa, tendemos a acreditar que o mundo é um sítio mais

justo do que aquilo que é na realidade (Lerner, 1980) – coisas boas acontecem a pessoas boas, coisas más acontecem àquelas que são más. Ou, dito de outra forma, cada um tem aquilo que merece e merece aquilo que tem. É exatamente esta a definição da crença num mundo justo (Bartholomaeus & Strelan, 2019; Lerner & Miller, 1978).

A crença de que o mundo é um lugar justo pode surgir como uma vontade e uma necessidade – um pouco à semelhança da crença no livre-arbítrio, é referida como potencialmente adaptativa para lidar com um mundo que nem sempre é justo, de forma a promover um maior significado às ações e à vida – tendencialmente, preferimos uma distribuição desequilibrada, justificada pelo mérito, do que uma distribuição equilibrada, mas percecionada como injusta, que não reconheça o esforço ou a aptidão (Kanngiesser & Warneken, 2022; Tomaka & Blascovitch, 1994). Acreditar que o mundo é um lugar justo poderá servir também para regular os nossos comportamentos, de acordo com normas sociais consideradas mais apropriadas (Otto & Dalbert, 2005). Isto fará com que individualmente se aja de uma forma justa para obter as devidas recompensas, e, ao mesmo tempo, ter uma maior confiança nos outros, que poderão também agir de uma forma mais justa para connosco próprios (Alves et. al, 2019).

A crença num mundo justo é tida como uma motivação básica que se pode expressar de diferentes formas (Lerner & Miller, 1978). Esta é tipicamente referida como um construto bidimensional, que difere em termos de construto quando olhamos para a crença geral – a nossa avaliação se o mundo é, no geral, um lugar justo – ou a nível do indivíduo – a crença num mundo justo pessoal, que diz respeito à percepção da justiça dos acontecimentos da nossa vida pessoal (Lerner & Miller, 1978). Apesar de serem dois construtos relativamente associados entre si, eles devem ser analisados como construtos separados, pois estão associados a diferentes efeitos (Bartholomaeus & Strelan, 2019). Existe uma tendência para que as pessoas acreditem que o seu mundo pessoal é mais justo, mais benevolente e menos aleatório que o mundo no geral, o que faz com que tendam a que exista uma maior crença num mundo justo pessoal do que geral (Bartholomaeus & Strelan, 2019; Wenzel et al., 2017). Isto poderá ocorrer por diferentes motivos como, por exemplo, a maior desejabilidade social desta crença (Alves & Correia, 2010) em comparação com a crença num mundo justo geral (parece pouco sensato achar que o mundo é um lugar justo, tendo em conta que diariamente somos confrontados com informação que o contraria). A crença num mundo justo pessoal também apresenta um maior valor adaptativo – mais associada ao bem-estar subjetivo e comportamentos prossociais – ao invés da crença num mundo justo geral, mais associada a comportamentos antissociais e

punitivos, que, inversamente, se apresentam associados a um menor bem-estar subjetivo (Lipkus et al., 1996; Wenzel et al., 2017). Isto é indicativo de que a crença num mundo justo geral poderá apresentar um cariz protetor, de correção e controlo de ameaças que os outros colocam à justiça no mundo (Lipkus et al., 1996), uma finalidade que não tem de estar necessariamente associada a meios moralmente íntegros. Apesar destas diferenças, a crença num mundo justo pessoal e geral medem o mesmo fator psicológico básico (Lerner & Miller, 1978), pelo que a crença num mundo justo pessoal e geral tendem a apresentar uma relação bastante forte entre si (Correia & Dalbert, 2007).

As percepções das experiências na infância poderão afetar de forma significativa aquilo que são as nossas percepções de justiça, entre as quais, a crença num mundo justo (Feng et al., 2023). Como anteriormente referido, crenças de valência positiva e associadas a uma maior certeza acerca de algo são preferenciais em relação a crenças de valência negativa ou que promovam a incerteza (Charpentier et al., 2018). Crianças com maior exposição a experiências adversas tendem a priorizar e memorizar informações negativas, de forma a mais facilmente evitar situações de ameaça ou insegurança (Smith et al., 2025) – isto poderá provocar uma maior saliência e retenção de informação negativa e, consequentemente, condicionar uma diminuição da crença num mundo justo.

Aqueles que recordam ter atravessado uma infância com bastantes adversidades têm uma maior incidência de perturbações do humor, como a depressão major – estes têm, tipicamente, uma crença num mundo justo (quer pessoal, quer geral) mais fraca, típica de uma visão mais negativa acerca do mundo e da própria vida (Feng et al., 2023; Lutz et al., 2025). Os ambientes adversos aumentam também o risco para o desenvolvimento de perturbações de ansiedade – estas estão associadas ao aumento da percepção de ameaças e insegurança, diminuindo, assim, a sensação de previsibilidade acerca da forma do funcionamento do mundo, e, consequentemente, a crença num mundo justo, que preconiza exatamente essa previsibilidade, bem como o bem-estar subjetivo (Çolak et al., 2021; Du et al., 2017).

2.3. Bem-estar subjetivo

Cada vez mais o bem-estar é um termo em voga e importante para os mais variados sectores, desde a psicologia ao mundo empresarial, influenciando também políticas educativas e económicas (VanderWelle & Johnson, 2025). Apesar disso, conceptualizar duma forma parcimoniosa e consensual o que significa o bem-estar parece ser uma tarefa bastante difícil.

Ao tentarmos fazê-lo, devemos respeitar algumas premissas basilares – o bem-estar deve ser um conceito multidimensional, que alberga diferentes campos da vida (e.g., física, psicológica, social ou material, o que vai de encontro à própria definição da saúde da Organização Mundial da Saúde (1948) “um estado de bem-estar completo, físico, mental e social”); deve ser um conceito que avalie um ideal e, em simultâneo, a nossa percepção do quanto estamos aproximados deste ideal na realidade; o bem-estar deve também dizer respeito a questões objetivas e subjetivas (estas últimas de mais fácil avaliação por via de questionários) e, por fim, deve englobar conceitos universais do que significa o bem-estar (Lomas et al., 2024; VanderWeele et al., 2025).

Um dos conceitos que respeita as premissas acima definidas é o do bem-estar subjetivo, introduzido por Diener (1984), que tentou compreender a avaliação das pessoas sobre a sua qualidade de vida e a relação desta com a felicidade e satisfação com a vida (Azizan et al., 2018). Tradicionalmente, o bem-estar subjetivo tem sido conceptualizado como um construto bidimensional, composto pela afetividade (positiva e negativa) – aquilo que a pessoa tem vindo a sentir – e pela satisfação com a vida – a percepção sobre a própria vida, comparativamente com as crenças internas e o julgamento sobre aquilo que é idealizado para a vida – “o que é” comparado com “o que se achava que podia ser”. Contudo, estudos mais recentes, como o de Nima et al. (2024), propõem uma ampliação deste modelo através da introdução de uma terceira dimensão: a harmonia com a vida. A harmonia com a vida é um construto distinto da satisfação com a vida a nível semântico e psicométrico – esta incide sobre a análise da homeostasia e equilíbrio com a vida, e analisa a capacidade de um indivíduo se moldar ou adaptar às diferentes circunstâncias da vida, demonstrando associação à aceitação e flexibilidade relativamente ao nosso mundo interno ou ao mundo externo. Já a satisfação com a vida relaciona-se mais diretamente com o “eu”, com foco nos ideais próprios e os desejos próprios para o futuro (Della Fave et al., 2011; Kjell, 2016; Nima et al., 2024).

O bem-estar subjetivo poderá ser melhor compreendido com base na teoria da autodeterminação, uma teoria acerca do desenvolvimento e da personalidade humana, sobretudo acerca da direccionalidade e motivação para o comportamento (Tang et al., 2020), e que identifica três necessidades psicológicas básicas do ser humano: a competência, a afinidade ou vinculação e a autonomia (Ryan & Deci, 2020). A competência está relacionada com a capacidade de dominar a execução de alguma tarefa; a afinidade ou vinculação com os outros, traduz-se numa necessidade humana básica de pertença a algo e de conexão com os outros e, por fim, a autonomia, associada a um sentimento de iniciativa e de agência própria pelas suas

ações (Kwok et al., 2013; Tang et al., 2020). Estas são fundamentais para que os indivíduos nutram uma sensação de integridade, crescimento e de ajuste consoante o contexto, e são vistas como necessidades inatas e não adquiridas ao longo do tempo, estando relacionadas com o bem-estar ao longo de toda a vida e de forma transcultural (Manninen et al., 2022; Ryan & Deci, 2020; Tang et al., 2020). Por exemplo, quando a sensação de autonomia, satisfação e motivação são elevadas, o bem-estar tende a ser mais elevado, apresentando uma associação a um maior significado da vida, maior autoestima, mais afetividade positiva e maior satisfação com a vida (Tang et al., 2020). Sabemos também que o bem-estar subjetivo poderá ser afetado pelas experiências tidas ao longo da vida – a sua trajetória ao longo da vida é influenciada, em grande medida, por acontecimentos externos ao indivíduo, e observa-se que um maior número de eventos adversos experienciados ao longo da vida está relacionado com o comprometimento do bem-estar subjetivo (Akintunde et al., 2023; Grob, 1995; Jebb et al., 2020; Kelifa et al., 2021; Sarginson et al., 2024).

2.4. Objetivo e Hipóteses

O principal objetivo do estudo é o de testar um modelo analítico, que prevê que a relação entre as memórias das experiências adversas e positivas estará relacionada com o bem-estar subjetivo na vida adulta, e que esta relação será diferentemente mediada pela crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo e moderada pela resiliência. Teremos também como objetivo fazer uma análise exploratória para avaliar o efeito moderador da resiliência em cada mediação.

Assim, é esperado que:

H1: As experiências na infância estejam relacionadas com o bem-estar subjetivo na vida adulta, mais especificamente, um maior número de experiências negativas reportadas em oposição a positivas esteja relacionada a um menor bem-estar subjetivo.

H2: A crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo mediarião a relação entre as experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta. Especificamente, espera-se que o relato de um maior número de experiências adversas (e/ou menor número de experiências positivas) se associe a uma menor crença no livre-arbítrio (H2a) e a uma menor crença num mundo justo (H2b) e que estas crenças, por sua vez, em conjunto, se associem a menor bem-estar subjetivo na vida adulta (H2c).

H3: A resiliência reportada moderará a relação entre as experiências na infância e o bem-estar na vida adulta. Especificamente, espera-se que uma maior percepção de resiliência atenua a associação entre o relato de mais experiências adversas (e/ou menos experiências positivas) na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta.

Por fim, iremos explorar se a resiliência poderá também atenuar a associação entre as experiências de infância e as crenças no livre-arbítrio e no mundo justo na sua relação com o bem-estar subjetivo. Esta análise é de natureza exploratória, uma vez que não existe evidência empírica consistente relativamente a este papel moderador da resiliência.

CAPÍTULO 3

Método

3.1. Participantes

No presente estudo, recorreu-se a técnica de amostragem não-probabilística. Para estimar a dimensão mínima da amostra do estudo, foi efetuada uma análise de poder estatístico através do software JASP (versão 0.19.3.0). Definimos uma dimensão mínima do efeito estatístico de $r = .15$ para efeitos de interação e de $r = .20$ para os efeitos principais (diretos), com um poder estatístico desejado de $\beta = .80$ e um nível de significância $\alpha = .05$. Com base nestes parâmetros, foi estimada uma amostra mínima de 350 participantes para detetar os efeitos de interação. Esta dimensão também seria suficiente para um poder estatístico $\beta = .90$ para a deteção de efeitos indiretos. Definiram-se como critérios de inclusão: idade igual ou superior a 18 anos e compreensão fluente da língua portuguesa. Obteve-se uma amostra inicial de 584 participantes. Como critérios de exclusão definiu-se que aqueles que não respondessem ao inquérito afirmativamente à pergunta de confirmação da atenção (“(...) solicitamos que nos informe se leu e respondeu com atenção às perguntas colocadas”). Tendo isto em conta, foram excluídos 180 participantes. Como esta pergunta foi colocada no final do inquérito, os/as participantes excluídos/as foram aqueles/as que não completaram o inquérito até ao fim (e, por isso, não chegaram a visualizar essa pergunta) ou que, tendo respondido, não o fizeram de forma afirmativa. Desta forma, o inquérito apresentou uma taxa de conclusão de 69,17%. Foram ainda excluídos outros 2 participantes que não responderam a pelo menos 80% dos itens de cada escala, perfazendo uma amostra final de 402 participantes. Os participantes apresentaram idades compreendidas entre os 18 e os 86 anos ($M = 24.97$; $DP = 14.69$). O perfil dos/as participantes e a restante caracterização sociodemográfica encontra-se resumida na Tabela 1.

Tabela 1*Características Sociodemográficas dos Participantes*

Características sociodemográficas		<i>n</i>	%
Género			
Feminino		268	66.7
Masculino		129	32.1
Não-binário		3	.7
Prefiro autodescrever-me / não responder		2	.4
Orientação Sexual			
Heterossexual		347	86.3
Homossexual		11	2.7
Bissexual		29	7.2
Pansexual		6	1.5
Assexual		3	.7
Prefiro autodescrever-me / Não responder (juntar)		6	1.4
Autodescrição Racial			
Pessoa branca		320	79.6
Pessoa branca de pele escura		29	7.2
Pessoa negra		5	1.2
Pessoa negra de pele clara		15	3.7
Nenhuma das alternativas representa-me		27	6.7
Prefiro não responder		6	1.5
Naturalidade			
Portugal		314	78.1
Brasil		63	15.6
Africana (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Chade)		10	2.4
Restantes europeias (França, Suíça, Moldávia, Roménia, Ucrânia)		9	2.2
Restantes Americanas (Estados Unidos da América, México, Venezuela)		4	1.0
Asiática (Paquistão)		1	.2
Perceção do rendimento do agregado familiar			
Muito difícil viver com o rendimento atual		268	66.7
Difícil viver com o rendimento atual		129	32.1
O rendimento atual dá para viver ou permite viver confortavelmente		4	.9

Características sociodemográficas

	<i>n</i>	%
Grau de escolaridade máximo concluído		
Conclusão até 9º ano: Ensino básico do 3º Ciclo	19	4.7
Conclusão até 12º ano: Ensino Secundário	90	22.4
Ensino Superior: Licenciatura	138	34.3
Ensino Superior: Pós-graduação ou Mestrado	137	34.1
Ensino Superior: Doutoramento	18	4.5
Estado civil		
Casado(a) ou em união de facto	160	39.8
Separado(a) ou divorciado(a)	41	10.2
Viúvo(a)	10	2.5
Solteiro(a)	191	47.5
Crença Religiosa		
Sim – Qual?	177	44.0
Cristã (Católica: <i>n</i> = 125; Evangélica: <i>n</i> = 6; Outra cristã: <i>n</i> = 4)	135	33.6
Outras crenças religiosas (Budista: <i>n</i> = 5; Testemunha de Jeová: <i>n</i> = 2; Muçulmana: <i>n</i> = 2; Hindu <i>n</i> = 2; Outra: <i>n</i> = 31)	42	10.4
Não	177	44.0
Indeciso/não sei	48	11.9

Nota. *N* = 402

3.2. Medidas

3.2.1. Perceções das experiências na infância

No presente estudo, as percepções das experiências na infância foram conceptualizadas como uma variável latente, composta tanto pelas experiências adversas como pelas experiências positivas relatadas. Esta abordagem integrada permitiu considerar as experiências na infância como um contínuo de memórias e significados, ao invés de avaliar de forma separada as experiências negativas e positivas recordadas.

3.2.1.1. Perceções das experiências adversas na infância

Para avaliar as experiências adversas na infância, recorremos a uma versão adaptada do Questionário da História de Adversidade na Infância (Felitti & Anda, 1998), traduzida para

português por Silva e Maia (2006). Este questionário é constituído por 18 itens e inclui as seguintes três dimensões, que dizem respeito a diferentes tipos de experiências adversas na infância: abuso (ou experiências contra o indivíduo), negligência, e ambiente familiar disfuncional. A dimensão “abuso” inclui três subescalas: físico (dois itens), emocional (dois itens) e sexual (dois itens). A dimensão “negligência” inclui duas subescalas: física (dois itens) e emocional (dois itens). Já o ambiente familiar disfuncional inclui cinco subescalas: exposição a violência doméstica (três itens), divórcio ou separação no ambiente familiar (um item), encarceramento de membro da família (um item), doença mental ou suicídio (um item) e abuso de substâncias (álcool/drogas) no ambiente familiar (um item). Os itens foram respondidos numa escala de tipo Likert de cinco pontos (1 = nunca a 5 = muitíssimas vezes), e dicotómica (0 = não ou 1 = sim). As escalas que apresentaram respostas numa escala de Likert de cinco pontos foram: abuso físico (e.g., “Algum dos seus pais ou adultos do agregado familiar puxou-o(a), agarrou o(a) ou atirou-lhe com alguma coisa, ou bateu-lhe com tanta força que deixou marcas ou feriu?”), abuso emocional (e.g., “Algum dos seus pais ou adultos do agregado familiar gritou consigo, insultou-o(a), rebaixou-o(a) ou humilhou-o(a)?”), negligência física (e.g., “Sentiu que não tinha o suficiente para comer, teve que usar roupa suja e não existia ninguém para o(a) cuidar ou proteger?”), negligência emocional (e.g., “Sentiu que ninguém na sua família o amava ou ajudava a sentir que era especial ou importante?”) e exposição a violência doméstica (e.g., “A sua mãe ou madrasta foi puxada, agarrada ou atiravam-lhe coisas?”).

As experiências foram consideradas adversas se, em cada uma das dez subescalas, pelo menos um dos itens cumprisse um critério mínimo de frequência: resposta “frequentemente” (4) para abuso emocional, negligência emocional e negligência física; “algumas vezes” (3) para abuso físico e exposição a violência doméstica; resposta “sim” nos itens dicotómicos. Com base nestes critérios, foi criada uma nova variável, designada adversidade total, que varia entre 0 (nenhuma experiência adversa reportada) e 10 (experiências adversas reportadas em todas as subescalas). Neste estudo, esta escala apresentou uma boa consistência interna (alfa de Cronbach = .88).

3.2.1.2. Percepções das experiências positivas na infância

Para medir as experiências positivas na infância, recorremos à Escala de Experiência Benevolentes na Infância (Narayan et al., 2018), traduzida para português por Almeida et al. (2021). Esta é composta por 10 diferentes itens (e.g., “Teve pelo menos um bom amigo?”,

“Gostava de si ou sentia-se confortável consigo próprio/a?”), avaliados através duma escala dicotómica (0 = não ou 1 = sim). Posteriormente, as respostas foram agregadas, podendo os valores variar entre 0 a 10, sendo que, quanto maior a pontuação, maior o número de experiências positivas na infância. Na versão original (Narayan et al., 2018), a escala apresentou uma consistência interna no limite inferior de aceitável (alfa de Cronbach = .69). No presente estudo, a consistência interna foi ligeiramente superior e aceitável (alfa de Cronbach = .74).

3.2.2. Resiliência

A resiliência foi avaliada através da Escala de Resiliência Connor-Davidson 10 (CD-RISC-10), da autoria de Connor e Robinson (2003), traduzida para português por Almeida (2020). É composta por um total de 10 itens (e.g., “Eu penso em mim como uma pessoa forte ao lidar com os desafios e as dificuldades da vida”, “Eu não sou facilmente desencorajado(a) pelo insucesso”), avaliados através duma escala de tipo Likert de cinco pontos (1 = Não verdadeira a 5 = Quase sempre verdadeira), tendo em conta o aquilo que o/a participante sentiu na última semana (ou, caso não nenhuma das situações tenha ocorrido, como pensava que se teria sentido caso uma das situações ocorresse). A pontuação total da escala varia entre 0 e 40, com pontuações mais elevadas a indicar maior resiliência. A escala CD-RISC-10 apresenta boa consistência interna, quer na versão original ($\alpha = .89$; Connor & Davidson, 2003), quer no presente estudo ($\alpha = .88$)."

3.2.3. Crença num mundo justo

A crença num mundo justo é tida como um construto bidimensional, composta pela crença num mundo justo geral e pessoal (Lerner & Miller, 1978). Tendo em conta que o objetivo do estudo é o de avaliar, em simultâneo, a crença num mundo justo e a crença no livre-arbítrio enquanto mediadoras da relação entre as memórias das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, optamos por avaliar esta variável através da crença num mundo justo geral. A CMJ geral trata-se, tal como a crença no livre-arbítrio, de uma crença mais abrangente e abstrata sobre o funcionamento do mundo, ao contrário da crença num mundo justo pessoal, mais focada em questões de justiça relacionadas com o indivíduo (Bartholomaeus & Strelan, 2019; Baumeister et al., 2010). Esta opção foi tomada também tendo em conta que a CMJ é uma motivação básica

que se expressa de diferentes formas, como a CMJ pessoal ou geral. Contudo, ambas as escalas medem o mesmo fator psicológico básico (Lerner & Miller, 1978).

Desta forma, a crença num mundo justo foi avaliada através dumha forma reduzida da versão portuguesa da Escala da Crença num Mundo Justo Geral (Dalbert et al., 1987). Esta foi originalmente traduzida por Correia (2001), tendo um total de seis itens. Posteriormente, foi validada uma versão reduzida de três itens para aplicação em vários países da Europa, no âmbito do *European Social Survey* (2023) (“De uma maneira geral, as pessoas merecem aquilo que lhes acontece.”; “A justiça vence sempre a injustiça”; “Ao longo da vida, as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas”). O formato de resposta é de tipo Likert de seis pontos (1 = Discordo totalmente a 6 = Concordo totalmente). No estudo original (Dalbert et al., 1987), a escala da crença num mundo justo geral apresentou uma boa consistência interna (alfa de Cronbach = .82). No presente estudo, esta versão reduzida apresentou uma consistência interna aceitável (alfa de Cronbach = .71).

Reconhecemos, contudo, que a crença num mundo justo pessoal tem sido apontada na literatura como mais fortemente associada ao bem-estar subjetivo do que a crença geral (Alves & Correia, 2010; Bartholomaeus & Strelan, 2019). Desta forma, avaliamos também a crença num mundo justo pessoal, apesar de não integrar o modelo de mediação preconizado para o estudo, permitindo, assim, análises complementares potencialmente relevantes para o presente e futuros estudos. Para avaliar a crença num mundo pessoal recorremos à versão portuguesa da Escala da Crença num Mundo Justo Pessoal (Dalbert, 1999), traduzida por Correia (2001). Esta escala é composta por sete itens (e.g., “Acho que a maior parte do que me acontece é justo”, “Acho que geralmente tenho aquilo que mereço”), que foram respondidos através de uma escala de tipo Likert de seis pontos (1 = Discordo totalmente a 6 = Concordo totalmente). No estudo original (Dalbert, 1999), esta apresentou uma boa consistência interna (alfa de Cronbach = .82). Neste estudo, a consistência interna da escala da crença num mundo justo pessoal foi boa, quase excelente (alfa de Cronbach = .89).

3.2.4. Crença no livre-arbítrio

A crença no livre-arbítrio foi avaliada através do Inventário do Livre-Arbítrio (ILA) Nadelhoffer et al. (2014), traduzida por Santin et al. (2017). Esta é originalmente constituída por duas partes, num total de 29 itens, que podem ser aplicadas juntas ou separadamente. Neste estudo, optamos por usar apenas a primeira parte do inventário do livre-arbítrio, constituída por

15 itens, distribuídos em três subescalas, cada uma composta por cinco itens: a da crença no livre-arbítrio, a subescala de interesse para a análise desta variável (e.g., “As pessoas podem sempre agir de outro modo”, “As pessoas podem sempre agir de outro modo”). Apesar de não integrarem os objetivos do presente estudo, foram também avaliadas a crença no determinismo (e.g., “Tudo o que já aconteceu teve que acontecer precisamente como aconteceu, tendo em conta o que aconteceu anteriormente”) e a crença no dualismo e não reducionismo (e.g., ”A mente humana é mais do que simplesmente uma máquina biológica complicada”), permitindo análises complementar de conceitos proximais, que permitem aprofundar o significado e interpretação da crença no livre-arbítrio (Nadelhoffer et al., 2014). O formato de resposta para todas as subescalas é de tipo Likert, com sete pontos (1 = Discordo completamente a 7 = Concordo completamente). A primeira parte do inventário livre-arbítrio apresentou uma boa consistência interna ($\alpha = .78$) no estudo de validação em português (Santin et al., 2017), tal como a subescala da crença no livre-arbítrio ($\alpha = .81$). No presente estudo, todas as subescalas apresentaram consistência interna adequada, avaliada através do alfa de Cronbach: .83 para o livre-arbítrio, .80 para o dualismo e .72 para o determinismo.

3.2.5. Bem-estar subjetivo

Tradicionalmente, o bem-estar subjetivo tem sido conceptualizado como um construto multidimensional, composto pela afetividade (positiva e negativa) e pela satisfação com a vida. Estudos mais recentes, como o de Nima et al. (2024), propõem uma ampliação deste modelo, introduzindo uma terceira dimensão: a harmonia com a vida, associada à componente comportamental ou social. A harmonia com a vida é um construto distinto da satisfação com a vida quer a nível semântico quer psicométrico (Kjell, 2016; Fave et al., 2011), incidindo sobre a análise da homeostasia e equilíbrio com a vida. Analisa a capacidade de um indivíduo se moldar ou adaptar às diferentes circunstâncias da vida, demonstrando associação à aceitação e flexibilidade relativamente ao nosso mundo interno ou ao mundo externo. Já a satisfação com a vida relaciona-se mais diretamente com o “eu”, com foco nos ideais próprios e os desejos próprios para o futuro (Nima et al., 2024). Desta forma, procedeu-se à criação de uma variável compósita para a variável do bem-estar subjetivo, através da média das cotações das respostas a estas dimensões - afetividade positiva e negativa, satisfação com a vida e harmonia com a vida. No presente estudo, esta apresentou uma consistência interna aceitável (alfa de Cronbach = .78).

3.2.5.1. Afetividade positiva e negativa

Estas dimensões foram avaliadas através da versão reduzida da Escala Portuguesa de Afeto Positivo e Negativo (*PANAS-VRP*), desenvolvida inicialmente por Watson et al. (1988) e validada na língua portuguesa por Galinha et al. (2014). Esta escala avalia a frequência com que os participantes sentiram na última 10 diferentes emoções no último mês, e é dividida em duas subescalas – a afetividade negativa, composta por cinco emoções negativas, como “nervoso/a” ou “culpado/a” – e a afetividade positiva, com cinco emoções positivas, como “entusiasmado/a” ou “inspirado/a”, totalizando 10 diferentes itens. Estes foram avaliados através de uma escala tipo Likert de cinco pontos (1 = nada ou muito ligeiramente, até 5 = extremamente). Para efeitos da análise de dados, os cinco itens do construto da afetividade negativa foram recodificados, sendo feita uma inversão da escala, tendo em conta que este construto se encontra negativamente correlacionado com o bem-estar subjetivo. A versão portuguesa (Galinha et al., 2014) apresentou uma boa consistência interna na escala de afetividade positiva ($\alpha = .86$) e de afetividade negativa ($\alpha = .89$), tal como no estudo (afetividade positiva: $\alpha = .89$; afetividade negativa: $\alpha = .85$).

3.2.5.2. Satisfação com a vida

A satisfação com a vida foi avaliada através da versão portuguesa da Escala de Satisfação com a Vida de Diener et al. (1985), traduzida por Simões (1992). Esta dimensão do bem-estar subjetivo é composta por cinco itens (e.g., “até agora, tenho conseguido alcançar as coisas que considero importantes na vida”), respondidos numa escala tipo Likert de cinco pontos (1 = discordo completamente, até 5 = concordo completamente). A versão original apresentou uma consistência interna aceitável (alfa de Cronbach = .77). Neste estudo, esta dimensão apresentou uma boa consistência interna (alfa de Cronbach = .85).

3.2.5.3. Harmonia com a vida

A harmonia com a vida foi avaliada através da versão portuguesa da Escala de Harmonia com a Vida (*Harmony in Life Scale; HILS*) de Kjell et al. (2016), que foi traduzida para português no presente estudo. Foram efetuadas traduções e retroversões dos itens, que foram posteriormente comparadas, seguindo as recomendações metodológicas para adaptação transcultural (e.g., Brislin, 1970; Kowal, 2024). Esta dimensão é composta por cinco itens (por exemplo, “O meu estilo de vida permite-me estar em harmonia” ou “Estou em harmonia comigo mesmo”). Cada um destes foi avaliado por uma escala tipo Likert de cinco pontos, (1 = discordo completamente, até 5 = concordo completamente). No estudo original (Kjell et al., 2016), esta

apresentou uma excelente consistência interna (alfa de Cronbach = .90). No presente estudo, esta dimensão apresentou uma consistência interna boa (alfa de Cronbach = .88).

3.3. Procedimento

O projeto da presente dissertação foi previamente apreciado positivamente pela Comissão Especializada de Ética de Psicologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (Ref. nº 114/2025) a 5 de maio de 2025.

O estudo é quantitativo, correlacional e transversal. A recolha dos dados foi obtida a partir dum inquérito online, com registo e recolha de dados feita num único momento para cada participante, sendo desenvolvido e disponibilizado na plataforma Qualtrics XM. Tendo em conta a técnica de amostragem não probabilística, por conveniência e bola de neve, o inquérito foi divulgado entre amigos e redes sociais (e.g., Facebook, Instagram) e por meios de comunicação interpessoais, como o E-mail e o WhatsApp. A recolha de dados ocorreu entre 6 e 30 de junho de 2025.

Para a admissão no estudo, foi necessário que os/as participantes respondessem de forma afirmativa ao consentimento informado. O consentimento era composto por um breve enquadramento e explicação dos objetivos gerais do estudo, sendo depois apresentadas as condições de participação (idade igual ou superior a 18 anos), a duração estimada do preenchimento do questionário (15 a 20 minutos), o anonimato, o modo de tratamento dos dados anónimos, e os contactos dos investigadores responsáveis. Caso os participantes consentissem na participação, avançavam para o inquérito, em que respondiam aos questionários e escalas de cada medida acima descrita, cuja ordem interna dos itens em cada questionário foi aleatorizada. De seguida, responderam a perguntas de cariz sociodemográfico, que avaliaram: género, naturalidade, nacionalidade, grau de escolaridade máximo concluído, rendimento subjetivo, estado civil, orientação sexual, definição subjetiva da cor da pele e crenças religiosas. Por fim, foi disponibilizada uma caixa para comentários ou sugestões, assim como a pergunta de confirmação de atenção e o *debriefing*, onde, reconhecendo a sensibilidade de algumas das perguntas efetuadas, disponibilizamos contactos para os participantes, caso sentissem a necessidade de procurar apoio psicológico (APAV; Linha de apoio psicológico do SNS 24).

3.4. Estratégia de Análise de Dados

Após a finalização da recolha das respostas, os dados foram exportados para análise do Qualtrics XM para o SPSS Statistics (versão 29.0.1.0), JASP (versão 0.19.3.0) e jamovi (versão 2.6.44). O teste dos modelos previstos foi realizado através do software Mplus (versão 8.11; Muthén & Muthén, 2024).

Para analisar as variáveis do estudo, as percepções das experiências na infância foram especificadas como uma variável latente, medida por dois indicadores: o índice de percepção de eventos adversos; o índice de percepção de eventos positivos. Foram criadas também duas mediadoras latentes (a crença num mundo justo, medida com três itens; a crença no livre-arbítrio, medida com cinco itens) e uma moderadora – a resiliência. Tendo em conta que esta última era composta por um elevado número de itens, foi necessário especificar o fator latente através do parcelamento desta em três diferentes itens, de forma a manter a parcimónia do modelo e salvaguardar o controlo de possíveis erros associados aos fatores latentes avaliados (Little et al., 2002). Por fim, a variável dependente latente foi o bem-estar subjetivo, medido pelos índices de afetividade positiva, afetividade negativa, satisfação com a vida e a harmonia com a vida.

Iniciamos com o teste da nossa primeira hipótese de que a relação entre a percepção das experiências na infância e o bem-estar subjetivo é mediada pela crença num mundo justo e pela crença no livre-arbítrio (Modelo 1). Depois, testamos a nossa segunda hipótese de que as mediações observadas de que as mediações observadas no modelo 1 são moderadas pela resiliência (Modelo 2). Finalmente, testamos um modelo alternativo complementar, segundo o qual a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo é serialmente mediada pela crença num mundo justo, crença no livre-arbítrio e resiliência. Neste modelo, as percepções das experiências na infância predizem ambas as crenças (mundo justo e livre-arbítrio), as quais predizem a resiliência. Esta, por sua vez, atua como preditora mais proximal do bem-estar subjetivo (Modelo 3).

Para analisar a qualidade de ajustamento dos modelos, utilizaram-se diretrizes convencionais (Byrne, 2012). Estas consideram que um modelo apresenta um bom ajustamento aos dados quando o valor do índice CFI (Comparative Fit Index) e TLI (Tucker–Lewis Index) é superior a .95. Considerou-se também que um valor de RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation) superior a .08 indicava um mau ajustamento do modelo. Foi avaliado também

o Qui-quadrado (χ^2) e os respetivos graus de liberdade (df) como medida descritiva do ajustamento do modelo.

CAPÍTULO 4

Resultados

4.1. Análise preliminar e descritiva

Apresentamos, na Tabela 2, a estatística descritiva relativa às variáveis de interesse do estudo. Em geral, os/as participantes reportaram mais experiências positivas na infância ($M = 8.53$; $DP = 1.86$) do que experiências adversas ($M = 2.02$; $DP = 2.05$). Isto sugere que, para a maioria, o contexto de desenvolvimento infantil teve uma percepção tendencialmente positiva. No que respeita às crenças, houve uma maior concordância com a crença no dualismo ($M = 5.12$; $DP = 1.16$), seguida pela crença no livre-arbítrio ($M = 4.59$; $DP = 1.19$), e uma menor concordância com a crença no determinismo ($M = 3.62$; $DP = 1.08$). Relativamente às crenças num mundo justo, os/as participantes apresentaram uma crença num mundo justo pessoal ($M = 3.93$; $DP = .91$) superior à crença num mundo justo geral ($M = 3.19$; $DP = 1.10$). De uma forma geral, os/as participantes avaliaram-se como resilientes ($M = 3.72$; $DP = .68$), reportando-se também como satisfeitos ($M = 3.34$; $DP = .82$) e em harmonia com a vida ($M = 3.42$; $DP = .80$). Por fim, reportaram também ter sentido mais afetos positivos no último mês ($M = 3.29$; $DP = .81$) do que negativos ($M = 2.12$; $DP = .90$).

Reportamos em baixo, na Tabela 3, as correlações entre as variáveis do estudo, incluindo aquelas que visavam a caracterização sociodemográfica da amostra. As correlações entre estas foram analisadas através de testes paramétricos (coeficiente de correlação de Pearson). Observaram-se correlações estatisticamente significativas entre as principais variáveis do modelo estudado. Verificou-se uma correlação significativa e no sentido esperado entre as memórias das experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta – quanto maior o número de experiências adversas na infância relatadas, menor o bem-estar subjetivo na vida adulta ($r (402) = -.36$, $p < .01$). Pelo contrário, quanto maior o número experiências positivas na infância relatadas, maior o bem-estar na vida adulta ($r (402) = .44$, $p < .01$). Tanto a crença num mundo justo geral e pessoal como a crença no livre-arbítrio e a resiliência apresentaram relações no sentido esperado com as memórias das experiências na infância, ou seja, quanto maior o número de experiências adversas relatadas, menor a crença num mundo justo geral ($r (402) = -.19$, $p < .01$) e pessoal ($r (402) = -.37$, $p < .01$), a crença no livre-arbítrio ($r (402) = -.18$, $p < .01$) e a resiliência ($r (402) = -.240$, $p < .01$). Por outro lado, quanto maior o número de experiências positivas na infância reportadas, maior a força da crença num mundo justo geral ($r (402) = .26$, $p < .01$) e pessoal (r

(402) = .40, $p < .01$) e no livre-arbítrio ($r(402) = .13, p < .01$), assim como a percepção da resiliência ($r(402) = .35, p < .01$). O bem-estar subjetivo apresentou-se positivamente correlacionado à crença no mundo justo geral ($r(402) = .35, p < .01$) e pessoal ($r(402) = .56, p < .01$), crença no livre-arbítrio ($r(402) = .28, p < .01$) e ao autorrelato da resiliência ($r(402) = .62, p < .01$). Destaca-se que, através desta análise preliminar, as correlações simples entre a crença num mundo justo pessoal foram de intensidade superior com todas as variáveis de interesse quando em comparação com a crença num mundo justo geral, sendo que estas apresentaram uma correlação forte entre si ($r(402) = .53, p < .01$).

Relativamente às variáveis sociodemográficas, destacaram-se algumas correlações significativas entre a autodescrição racial, orientação sexual, grau de escolaridade, rendimento e religiosidade e as variáveis centrais do estudo (Tabela 3). Tendo isto em conta, estas variáveis foram controladas no teste dos modelos de mediação. Foram testados os pressupostos de colinearidade, sendo que os valores dos Fatores de Inflação da Variância (VIFs < 1.30) e Tolerância (< .87) não indicaram problemas de colinearidade entre as variáveis do estudo.

Tabela 2

Estatística descritiva das variáveis de interesse do estudo

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Sk (DP = .122)</i>	<i>Kurt (DP = .243)</i>
1. Experiências adversas na infância (0-10)	2.019	2.053	1.162	1.148
2. Experiências positivas na infância (0-10)	8.530	1.863	-1.588	2.521
3. Crença no livre-arbítrio (1-7)	4.593	1.187	-.446	-.314
4. Crença no dualismo (1-7)	5.117	1.158	-.779	.805
5. Crença no determinismo (1-7)	3.615	1.082	.079	-.254
6. Crença num mundo justo geral (1-7)	3.185	1.097	.087	-.478
7. Crença num mundo justo pessoal (1-7)	3.926	.911	-.313	-.340
8. Resiliência (1 -5)	3.721	.679	-.507	.426
9. Satisfação com a vida (1-5)	3.337	.818	-.418	-.086
10. Harmonia com a vida (1-5)	3.417	.796	-.558	.017
11. Afetividade positiva (1-5)	3.286	.808	-.328	-.138
12. Afetividade negativa (1-5)	2.117	.895	1.036	.684
13. Bem-estar subjetivo (1-5)	3.481	.643	-.550	-.082

Notas. $N = 402$; M – média; DP – desvio-padrão; Sk – Skewness; $Kurt$ – Curtose

Tabela 3*Correlações bivariadas entre as variáveis do estudo*

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1. Experiências adversas na infância (EAI)	-																
2. Experiências positivas na infância (EPI)	-.522**	-															
3. Resiliência	-.240**	.351**	-														
4. Crença num mundo justo geral	-.194**	.264**	.270**	-													
5. Crença num mundo justo pessoal	-.368**	.401**	.397**	.530**	-												
6. Crença no livre-arbítrio	-.183**	.132**	.248**	.429**	.261**	-											
7. Crença no determinismo	-.078	.076	.054	.390**	.152**	.338**	-										
8. Crença no dualismo	.005	.054	.111*	.340**	.166**	.387**	.297**	-									
9. Bem-estar subjetivo	-.356**	.443**	.619**	.350**	.559**	.267**	.066	.122*	-								
10. Idade	-.074	.028	.168**	.047	.006	.107*	-.003	.050	.083	-							
11. Género	-.014	-.010	.089	-.050	.072	-.018	.001	-.248**	.089	.033	-						
12. Rendimentos	-.163**	.224**	.210**	.062	.329**	.029	-.052	-.002	.412**	.058	.046	-					
13. Grau de escolaridade	-.134**	.183**	.188**	-.049	.164**	-.102*	-.177**	-.019	.173**	.002	-.147**	.263**	-				
14. Orientação sexual	.269**	-.276**	-.097	-.221**	-.174**	-.108*	-.094	-.001	-.137**	-.161**	.061	-.056	.001	-			
15. Autodescrição racial	.143**	-.133*	.022	-.011	-.088	-.018	.034	.024	-.027	-.062	.053	-.049	.023	.105*	-		
16. Naturalidade	.121*	.095	.040	.081	.074	.046	-.006	.085	.029	.166**	-.037	.034	.091	-.044	.196**	-	
17. Crença religiosa	-.136*	.186**	.120*	.287**	.061	.261**	.183**	.284**	.118*	.129*	-.122*	-.058	.008	-.170**	.072	.177**	-

Notas. Género: 1 = Feminino, 2 = Masculino; Orientação Sexual: 0 = Heterossexual, 1 = Não heterossexual (Homossexual, Bissexual, Pansexual, Assexual); Auto-descrição racial: 0 = Pessoa branca de pele clara; 1 = Pessoa não branca de pele clara (branca de pele escura, negra de pele clara, negra); Crença religiosa: 0 = Não, 1 = Sim; Naturalidade: 0 = Portuguesa, 1 = Não Portuguesa; $N = 402$; * $p < .05$. ** $p < .01$;

Tabela 4*Índices de ajustamento dos modelos*

Modelos	χ^2	df	χ^2/df	CFI	TLI	RMSEA	90%CI
Modelo 1 (Mediação múltipla em paralelo)	163.28**	91	1.79	.957	.945	.057	(.045; .068)
Modelo 2 (Moderação múltipla)	197.46*	155	1.27	.948	.931	.038	(.019; .055)
Modelo 3 (Mediação múltipla em cadeia)	224.98**	109	2.06	.949	.937	.051	(.042; .061)

Notas. * $p = .016$; ** $p < .001$. Variáveis em estudo: Modelo 1 - Perceções das experiências na infância (preditora); Crença num mundo justo e Crença no livre-arbítrio (mediadoras); Bem-estar subjetivo (dependente); Modelo 2 - Perceções das experiências na infância, Crença num mundo justo e Crença no livre-arbítrio (preditoras); Resiliência (moderadora); Bem-estar subjetivo (dependente); Modelo 3 - Perceções das experiências na infância (preditora); Crença num mundo justo, Crença no livre-arbítrio e Resiliência (mediadoras); Bem-estar subjetivo (dependente)

4.2. Modelo 1: Mediação múltipla (paralela)

Para avaliação da hipótese 2, foi testado um modelo de mediação em paralelo, em que a crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo mediavam a relação entre as percepções das experiências na infância (positivas e adversas) e o bem-estar subjetivo na vida adulta. Para testar este modelo, recorreu-se a um estimador WLSMV. A análise dos índices de ajustamento do modelo mostrou um ajustamento global adequado (Tabela 4). Os testes de controlo das variáveis sociodemográficas do estudo evidenciaram uma correlação significativa entre os rendimentos e o bem-estar subjetivo; o grau de escolaridade com a crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo; a orientação sexual com a crença num mundo justo; a religiosidade e a crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo (Tabela 5). Apesar disto, as relações entre as variáveis de interesse do modelo mantiveram a sua consistência, reforçando a validade deste modelo teórico.

Tabela 5

Efeitos estandardizados das variáveis de interesse e covariáveis sociodemográficas no modelo de mediação múltipla

Covariável	Crença livre-arbítrio	Crença mundo justo	Bem-estar subjetivo
Crença livre-arbítrio	-	-	$\beta = .113; SE = .054; z = 2.094, p = .036^*$
Crença mundo justo	-	-	$\beta = .252; SE = .067; z = 3.838, p < .001^{***}$
Perceções experiências infância	$\beta = .199; SE = .065; z = 3.040, p = .002^{**}$	$\beta = .334; SE = .070; z = 4.768, p < .001^{***}$	$\beta = .421; SE = .056; z = 7.537, p < .001^{***}$
Rendimentos	$\beta = .023; SE = .051; z = 0.459, p = .647$	$\beta = .027; SE = .055; z = .495, p = .620$	$\beta = .313; SE = .039; z = 7.922, p < .001^{***}$
Grau de escolaridade	$\beta = -.165; SE = .049; z = -3.395, p = .001^{**}$	$\beta = -.143; SE = .058; z = -2.486, p = .013^*$	$\beta = .047; SE = .040; z = 1.164, p = .244$
Orientação sexual	$\beta = .004; SE = .054; z = .081, p = .936$	$\beta = .116; SE = .055; z = 2.133, p = .033^*$	$\beta = -.086; SE = .047; z = -1.811, p = .070$
Autodescrição racial	$\beta = -.035; SE = .048; z = -.725, p = .468$	$\beta = .107; SE = .055; z = 1.925, p = .054$	$\beta = .003; SE = .035; z = .073, p = .940$
Religiosidade	$\beta = .258; SE = .055; z = 4.669, p < .001^{***}$	$\beta = .210; SE = .056; z = 4.669, p < .001^{***}$	$\beta = -.013; SE = .049; z = -.267, p = .789$
R² ajustado	.138, $p < .001$.241, $p < .001$.552, $p < .001$

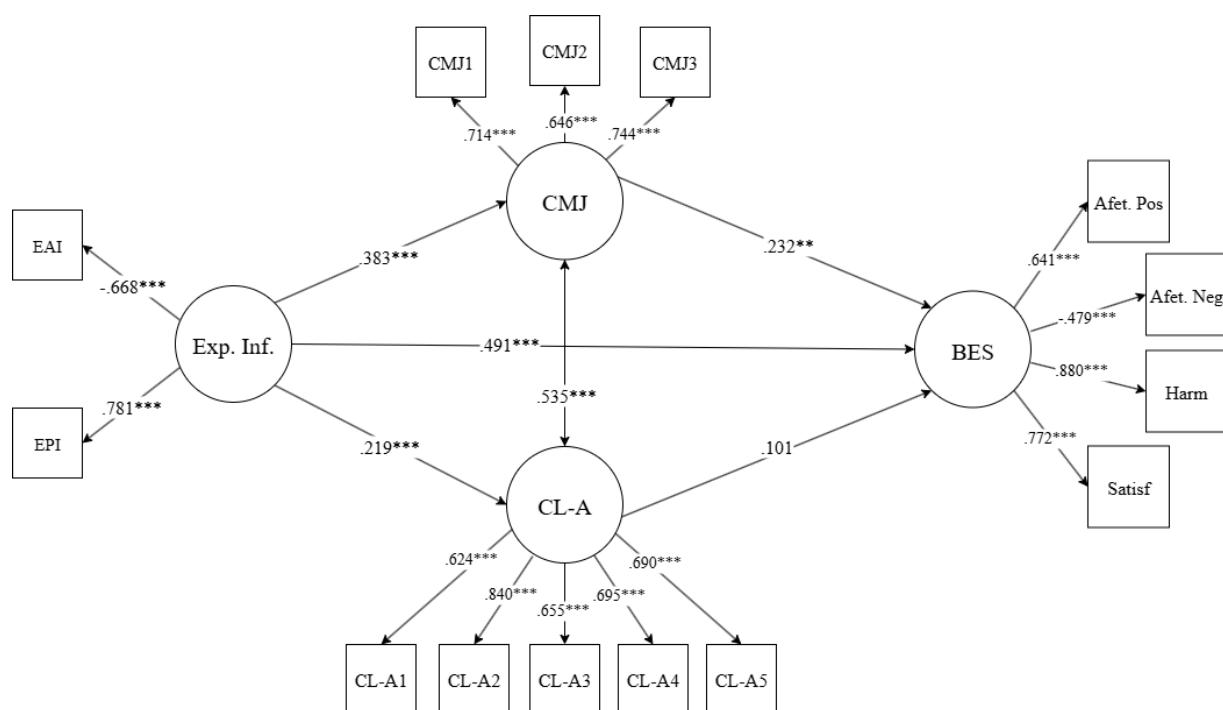
Nota. $N = 402$; β = coeficiente padronizado; SE = erro-padrão da estimativa; z = coeficiente padronizado / erro-padrão de estimativa; Modelo 1: modelo de mediação múltipla (perceções das experiências na infância – variável independente; crença num mundo justo e livre-arbítrio – variáveis mediadoras; bem-estar subjetivo – variável dependente); * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Os resultados indicam um efeito direto significativo entre as percepções atuais das experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta ($\beta = .491, SE = .051, z = 9.715, p < .001, 95\% \text{ IC } [.392, .591]$), indicando que o relato de um maior número de experiências positivas (em oposição a experiências negativas) na infância está relacionado com um maior bem-estar subjetivo na vida adulta. Verificou-se também uma relação significativa e de sentido positivo entre as percepções das experiências na infância e a crença no livre-arbítrio ($\beta = .219, SE = .057, z = 3.873, p < .001, 95\% \text{ IC } [.108, .330]$), e a crença num mundo justo ($\beta = .383, SE = .058, z = 6.569, p < .001, 95\% \text{ IC } [.269, .497]$), pelo que, quanto maior o número de experiências positivas na infância (ou menor o número de experiências adversas) recordadas, mais forte a crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo. Foi observada uma relação significativa e de sentido positivo entre a crença num mundo justo e o bem-estar subjetivo na vida adulta ($\beta = .232, SE = .068, z = 3.432, p = .001, 95\% \text{ IC } [.100, .365]$), o que evidenciou que, quanto mais forte a crença num mundo justo, maior o bem-estar subjetivo na vida adulta. Contudo, não se observou uma relação significativa entre a crença no livre-arbítrio e o bem-estar subjetivo ($\beta = .101, SE = .058, z = 1.736, p = .083, 95\% \text{ IC } [-.013, .215]$). Relativamente

aos efeitos indiretos, estes foram significativos na relação entre as percepções das experiências na infância com o bem-estar subjetivo na vida adulta apenas pela via da crença num mundo justo geral ($\beta = .089$, $SE = .027$, $z = 3.272$, $p = .001$, 95% IC [.036, .142]) mas não pela via da crença no livre-arbítrio ($\beta = .022$, $SE = .013$, $z = 1.655$, $p = .098$, 95% IC [−.004, .048]). No entanto, o efeito indireto total, obtido através da combinação destas duas vias, foi significativo ($\beta = .111$, $SE = .024$, $z = 4.567$, $p < .001$, 95% IC [.063, .159]). Assim, este modelo demonstrou o efeito mediador da crença num mundo justo, mas não o da crença no livre-arbítrio. O presente modelo de mediação múltipla apresentou um elevado poder explicativo, pelo que 60,3% da variância do bem-estar subjetivo foi justificada por este ($R^2 = .603$).

Figura 1

Parâmetros estimados estandardizados, representando a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, mediada pela crença num mundo justo e a crença no livre-arbítrio



Notas. EPI – Perceção das experiências positivas na infância; EAI – Perceção das experiências adversas na infância; Exp. Inf. – Perceção das experiências na infância; CL-A – Crença no livre-arbítrio; CMJ – Crença num mundo justo (geral); BES – Bem-estar subjetivo; Afet. Pos – Afetividade positiva; Afet. Neg – Afetividade negativa; Harm – Harmonia na vida; Satisf – Satisfação com a vida; ; A Perceção das experiências na infância (variável independente) foi codificada de modo a apresentar-se num sentido positivo (maior número de experiências positivas recordadas em relação às negativas), pelo que, na presente figura, as relações entre esta variável com mediadores e dependente são de sentido positivo: mais experiências positivas do que negativas reportadas – maior CL-A, CMJ e BES $**p < .01$; $***p < .001$

4.3. Modelo 2: Moderação múltipla

Foi realizada uma análise de moderação múltipla (ou cruzada), com o objetivo de avaliar se a resiliência moderava duas relações distintas com o bem-estar subjetivo: por um lado, a relação com as recordações de experiências na infância (positivas e adversas), conforme proposto na Hipótese 3; por outro lado, avaliou-se de forma exploratória a relação das percepções das experiências na infância com as crenças num mundo justo e no livre-arbítrio, e a relação destas crenças com o bem-estar subjetivo. O modelo incluiu, assim, dois efeitos de interação (recordações \times resiliência; crenças \times resiliência) e foi testado através de um estimador Bayesiano. A análise dos índices de ajustamento do modelo indica um ajustamento adequado aos dados (Tabela 4), segundo os critérios convencionais (Byrne, 2012). Os testes de controlo das variáveis sociodemográficas (Tabela 6) evidenciaram que as relações entre as variáveis de interesse do modelo mantiveram a sua consistência, demonstrando a validade deste modelo teórico.

Tabela 6

Efeitos estandardizados das variáveis de interesse e covariáveis sociodemográficas no modelo de moderação múltipla

Covariável	Crença livre-arbítrio	Crença mundo justo	Bem-estar subjetivo
Crença livre-arbítrio	-	-	$\beta = .039; SE = .062; 95\% IC [-.083, .160], p = .536$
Crença mundo justo	-	-	$\beta = .175; SE = .063; 95\% IC [.062, .313], p = .002^{**}$
Percepções experiências infância	$\beta = .016; SE = .092; 95\% IC [.047, .534], p = .014^{*}$	$\beta = .272; SE = .126; 95\% IC [.047, .534], p = .014^{*}$	$\beta = .265; SE = .083; 95\% IC [.113, .438], p = <.001^{***}$
Resiliência	$\beta = .239; SE = .068; 95\% IC [.047, .534], p = .014^{*}$	$\beta = .248; SE = .089; 95\% IC [.082, .433], p = .002^{**}$	$\beta = .449; SE = .059; 95\% IC [.332, .563], p = <.001^{***}$
Rendimentos	$\beta = -.007; SE = .046; 95\% IC [-.095, .085], p = .880$	$\beta = -.007; SE = .061; 95\% IC [-.127, .111], p = .898$	$\beta = .221; SE = .039; 95\% IC [.146, .297], p = <.001^{***}$
Grau de escolaridade	$\beta = -.135; SE = .047; 95\% IC [-.234, -.044], p = .002^{**}$	$\beta = -.173; SE = .062; 95\% IC [-.303, -.053], p = .004^{**}$	$\beta = .013; SE = .039; 95\% IC [-.066, .087], p = .726$
Orientação sexual	$\beta = .026; SE = .047; 95\% IC [-.066, .117], p = .558$	$\beta = .126; SE = .067; 95\% IC [-.003, .259], p = .058$	$\beta = -.023; SE = .040; 95\% IC [-.104, .053], p = .564$
Auto-descrição racial	$\beta = -.025; SE = .044; 95\% IC [-.113, .059], p = .558$	$\beta = .099; SE = .060; 95\% IC [-.013, .224], p = .080$	$\beta = -.027; SE = .037; 95\% IC [-.101, .044], p = .450$
Religiosidade	$\beta = .213; SE = .047; 95\% IC [.124, .306], p < .001$	$\beta = .219; SE = .062; 95\% IC [.103, .349], p < .001$	$\beta = -.016; SE = .039; 95\% IC [-.092, .058], p = .682$

Notas. $N = 402$; β = coeficiente padronizado; SE = erro-padrão da estimativa; 95% IC = limite inferior e superior do 95% intervalo de confiança; Modelo 2: modelo de moderação múltipla (percepções das experiências na infância – variável independente; resiliência – variável moderadora; crença num mundo justo e livre-arbítrio – variáveis independentes/dependentes; bem-estar subjetivo – variável dependente). * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

A análise dos efeitos diretos evidenciou que a resiliência foi uma preditora positiva do bem-estar subjetivo ($\beta = .489, SD = .060, 95\% IC [.378, .614], p < .001$), assim como as percepções das experiências na infância ($B = .351, SD = .088, 95\% IC [.176, .514], p = <.001$) e a crença num mundo justo ($\beta = .152, SD = .067, 95\% IC [.030, .294], p = .016$). Por sua vez, a crença no livre-arbítrio não foi preditora do bem-estar subjetivo ($\beta = .028, SD = .069, 95\% IC [-.110, .162], p = .680$). Adicionalmente, verificou-se que aqueles que relataram uma maior número de experiências positivas na infância ($\beta = .325, SD = .121, 95\% IC [.111, .585], p = .002$) e resiliência ($\beta = .240, SD = .087, 95\% IC [.096, .362], p = .003$) reportaram uma crença mais forte num mundo justo. Da mesma forma, aqueles que se consideraram mais resilientes demonstraram uma crença mais forte no livre-arbítrio ($\beta = .224, SD = .068, 95\% IC [.096, .362], p = <.001$). Contudo, não foi observada uma relação entre a crença no livre-arbítrio e as percepções das experiências adversas na infância ($\beta = .047, SD = .086, 95\% IC [-.111, .222], p = .574$).

A análise dos efeitos de interação do modelo evidenciaram que a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo não foi moderada pelo autorrelato da resiliência ($\beta = -.134, SD = .085, 95\% IC [-.316, .020], p = .088$). Este resultado rejeita a hipótese 2 do estudo. A análise exploratória do efeito moderador da resiliência na relação entre as crenças no livre-arbítrio ($\beta = .021, SE = .083, 95\% IC [-.150, .176], p = .792$) e no mundo justo ($\beta = .100, SE = .084, 95\% CI [-.060, .267], p = .232$) com o bem-estar subjetivo demonstrou que os efeitos de interação não foram significativos, bem como para a relação entre as percepções das experiências na infância e a crença num mundo justo ($\beta = -.171, SE = .102, 95\% CI [-.384, .017], p = .078$) e a crença no livre-arbítrio ($\beta = -.127, SE = .071, 95\% IC [-.272, .003], p = .058$).

Como previsto na primeira hipótese do estudo, os resultados mostraram evidência empírica de que a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo é mediada pela crença no mundo justo, mas não pela crença no livre-arbítrio, o que confirma parcialmente a hipótese. Por outro lado, a segunda hipótese do estudo não foi confirmada, pelo que não foi observado um efeito moderador da resiliência reportada na relação entre as percepções das experiências na infância, crença num mundo justo e crença no livre-arbítrio com o bem-estar subjetivo. Desta forma, realizamos uma análise complementar, na qual estimamos um modelo alternativo, propondo um novo papel para resiliência, mais especificamente, enquanto mediadora. No modelo 3, a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo é serialmente mediada pela CMJ, CL-A e a resiliência. Neste, as

perceções das experiências na infância predizem ambas as crenças (CMJ e CL-A), as quais predizem a resiliência. Esta, por sua vez, atua como preditora mais proximal do bem-estar subjetivo.

4.4. Análise exploratória complementar: Modelo 3, mediação múltipla em série

Para testar este modelo, recorreu-se, tal como no primeiro modelo de mediação, a um estimador WLSMV. As análises dos índices de ajustamento revelaram um ajustamento global satisfatório aos dados (Tabela 4). Os testes de controlo das variáveis sociodemográficas (Tabela 6) demonstraram uma relação direta significativa entre a resiliência e o grau de escolaridade. As restantes variáveis sociodemográficas não se relacionaram com a resiliência. As restantes relações significativas mantiveram-se, quando em comparação com o modelo 1. De novo, as relações entre as variáveis de interesse do modelo mantiveram-se consistentes, o que reforça a validade deste modelo teórico complementar (Tabela 7).

Tabela 7

Efeitos estandardizados das variáveis de interesse e covariáveis sociodemográficas no modelo de mediação múltipla

Covariável	Crença livre-arbítrio	Crença mundo justo	Resiliência	Bem-estar subjetivo
Crença livre-arbítrio	-	-	$\beta = .169; SE = .063; z = 2.97, p = .007^{**}$	$\beta = .036; SE = .048; z = .744, p = .457$
Crença mundo justo	-	-	$\beta = .151; SE = .073; z = 2.083, p = .037^{*}$	$\beta = .182; SE = .060; z = 3.016, p < .001^{***}$
Resiliência	-	-	-	$\beta = .490; SE = .042; z = 11.717, p < .001^{***}$
Perceções experiências infância	$\beta = .194; SE = .065; z = 3.002, p = .003^{**}$	$\beta = .331; SE = .069; z = 4.783, p < .001^{***}$	$\beta = .321; SE = .055; z = 5.847, p < .001^{***}$	$\beta = .268; SE = .058; z = 4.649, p < .001^{***}$
Rendimentos	$\beta = .024; SE = .050; z = 0.484, p = .629$	$\beta = .028; SE = .054; z = .518, p = .605$	$\beta = .095; SE = .049; z = 1.948, p = .051$	$\beta = .273; SE = .038; z = 7.169, p < .001^{***}$
Grau de escolaridade	$\beta = -.165; SE = .049; z = -3.384, p = .001^{**}$	$\beta = -.143; SE = .057; z = -2.484, p = .013^{*}$	$\beta = .134; SE = .043; z = 3.078, p = .002^{**}$	$\beta = -.021; SE = .037; z = -.0556; p = .578$
Orientação sexual	$\beta = .007; SE = .054; z = .123, p = .902$	$\beta = .118; SE = .054; z = 2.169, p = .030^{*}$	$\beta = -.079; SE = .050; z = -1.594, p = .111$	$\beta = -.045; SE = .041; z = -1.100, p = .271$
Autodescrição racial	$\beta = -.035; SE = .048; z = -.727, p = .467$	$\beta = .106; SE = .055; z = 1.920, p = .055$	$\beta = .054; SE = .032; z = 1.686, p = .092$	$\beta = -.022; SE = .029; z = .746, p = .455$
Religiosidade	$\beta = .259; SE = .055; z = 4.685, p < .001^{***}$	$\beta = .211; SE = .056; z = 3.769, p < .001^{***}$	$\beta = -.010; SE = .056; z = -1.175, p = .861$	$\beta = -.008; SE = .042; z = -.190, p = .849$
R² ajustado	.136 (p < .001)	.240 (p < .001)	.286 (p < .001)	.737 (p < .001)

Notas. N = 402; β = coeficiente padronizado; SE = erro-padrão da estimativa; z = coeficiente padronizado / erro-padrão

de estimativa; Modelo 1: modelo de mediação múltipla (perceções das experiências na infância – variável independente; crença num mundo justo, crença no livre-arbítrio e resiliência – variáveis mediadoras; bem-estar subjetivo – variável dependente); * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Neste modelo de mediação em série (Tabela 8), observa-se um efeito direto significativo entre as percepções atuais das experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta, pelo que o relato de um maior número de experiências positivas, em oposição a adversas, está associado a níveis mais elevados de bem-estar subjetivo na vida adulta. A integração da resiliência neste modelo contribui para o enfraquecimento deste efeito direto, tendo em conta que esta apresentou a mais forte relação com o bem-estar subjetivo, sendo esta, também, de sentido positivo. A relação direta entre a crença num mundo justo e o bem-estar subjetivo foi de novo significativa e positiva, da mesma forma que não se observou uma relação significativa entre a crença no livre-arbítrio e o bem-estar subjetivo. Verificou-se, novamente, uma relação significativa e positiva entre as percepções das experiências na infância e a crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo, assim como com a resiliência. A crença no livre-arbítrio apresentou uma relação positiva e significativa com a resiliência, mas não a crença num mundo justo. Por fim, observou-se uma maior crença no livre-arbítrio predizeu uma maior de resiliência reportada, ao contrário da crença num mundo justo, que não apresentou uma relação com a resiliência relatada.

Relativamente aos efeitos indiretos, verificaram-se caminhos mediadores significativos por mediadoras únicas entre as experiências na infância e o bem-estar subjetivo através da resiliência e da crença num mundo justo, sendo que, novamente, não se observou um efeito de mediação através da crença no livre-arbítrio. Por via das cadeias de mediação, observou-se um efeito mediador significativo através da cadeia mediadora com a crença num mundo justo e a resiliência, assim como através da cadeia com o livre-arbítrio e a resiliência, sendo que este foi apenas marginalmente significativo. O efeito indireto total foi significativo, confirmado uma maior magnitude do efeito indireto total em comparação com o modelo anterior, muito devido ao papel robusto da resiliência neste modelo como variável mediadora mais proximal. Este modelo explicou 61% da variância do bem-estar subjetivo (R^2 ajustado = .610), conferindo um acréscimo ao poder explicativo em comparação com o Modelo 1 de mediação múltipla, ainda que marginal.

Tabela 8

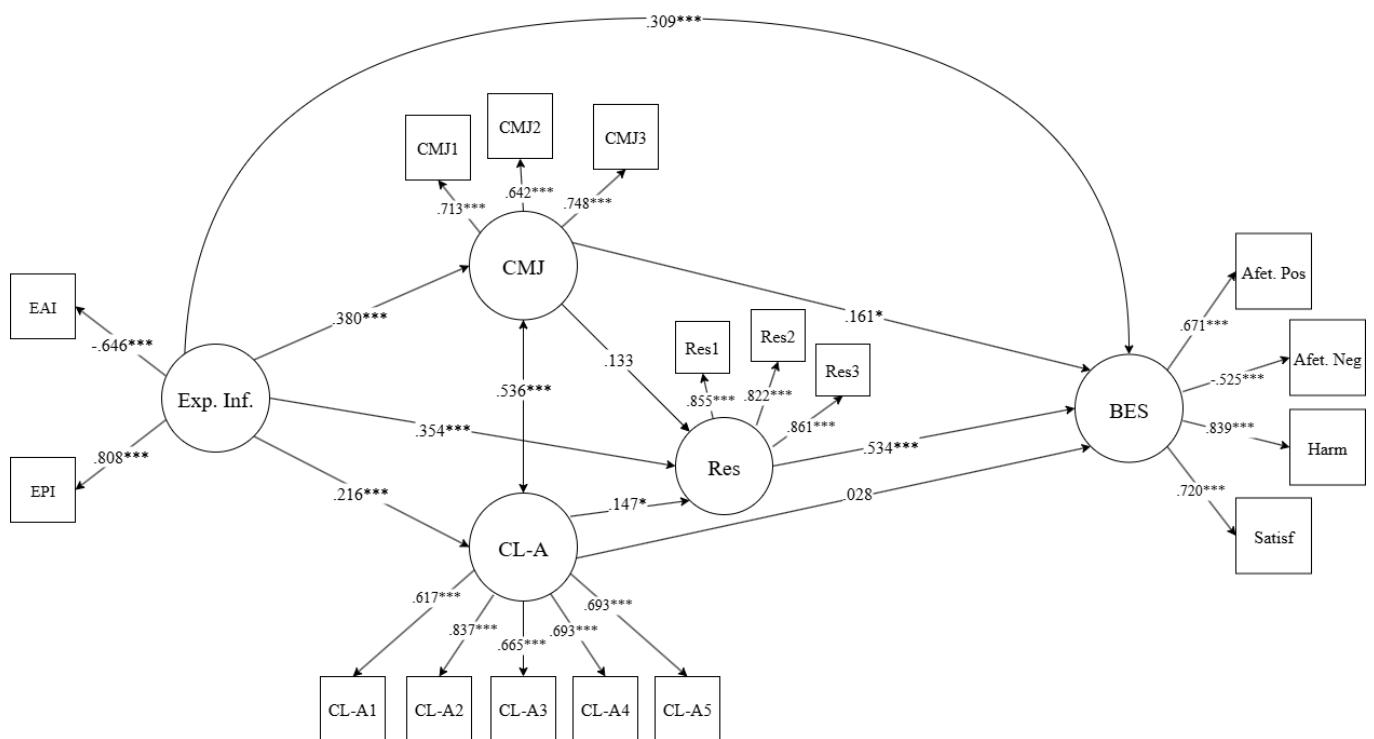
Decomposição dos efeitos estandardizados do modelo 3, em que as percepções das experiências na infância predizem o bem-estar subjetivo, serialmente mediado pela crença num mundo justo, crença no livre-arbítrio e resiliência

Caminho	β	SE	Z	p	95% Intervalo de Confiança	
					Inferior	Superior
Efeitos diretos						
EI → BES	.309	.054	5.698	<.001	.203	.416
EI → CMJ	.380	.058	6.558	<.001	.267	.494
EI → CL-A	.216	.056	3.823	<.001	.105	.326
EI → RES	.354	.051	6.947	<.001	.254	.454
CMJ → RES	.133	.069	1.933	.053	-.002	.269
CL-A → RES	.147	.062	2.351	.019	.024	.269
CL-A ↔ CMJ	.536	.049	10.995	<.001	.440	.631
CMJ → BES	.161	.063	2.551	.011	.037	.285
CL-A → BES	.028	.053	.532	.594	-.075	.132
RES → BES	.534	.044	12.111	<.001	.448	.621
Efeitos indiretos						
EI → CMJ → BES	.061	.025	2.451	.014	.011	.116
EI → CL-A → BES	.006	.011	0.534	.594	-.017	.030
EI → RES → BES	.189	.032	5.997	<.001	.120	.273
EI → CMJ → RES → BES	.027	.014	1.970	.049	.000	.057
EI → CL-A → RES → BES	.017	.008	2.023	.043	.000	.035
Efeito indireto total	.301	.037	8.040	<.001	.228	.412
Efeito total	.601	.044	13.958	<.001	.494	.772

Nota. $N = 402$; β = coeficiente padronizado; SE = erro-padrão da estimativa; z = coeficiente padronizado / erro-padrão da estimativa; EI – Percepções das experiências na infância; CL-A – crença no livre-arbítrio; CMJ – crença num mundo justo; RES – resiliência; BES – bem-estar subjetivo.

Figura 2

Parâmetros estimados estandardizados, representando a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, mediada pela crença num mundo justo, crença no livre-arbítrio e resiliência



Notas. EPI – Percepção das experiências positivas na infância; EAI – Percepção das experiências adversas na infância; Exp. Inf. – Percepção das experiências na infância; CL-A – Crença no livre-arbítrio; CMJ – Crença num mundo justo (geral); Res – Resiliência; BES – Bem-estar subjetivo; Afet. Pos – Afetividade positiva; Afet. Neg – Afetividade negativa; Harm – Harmonia na vida; Satisf – Satisfação com a vida; A Percepção das experiências na infância (variável independente) foi codificada de modo a apresentar-se num sentido positivo (maior número de experiências positivas recordadas em relação às negativas), pelo que, na presente figura, as relações entre esta variável com mediadores e dependentes são de sentido positivo: mais experiências positivas do que negativas reportadas – maior CL-A, CMJ, Resiliência e BES; $*p < .05$; $***p < .001$

CAPÍTULO 5

Discussão

O objetivo do presente estudo foi o de testar um modelo analítico que previa que a relação entre as memórias das experiências na infância estaria relacionada com o bem-estar subjetivo na vida adulta, e que esta relação seria diferentemente mediada pela crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo, bem como moderada pela resiliência. Testou-se ainda, de forma exploratória, o efeito moderador da resiliência em cada uma das mediações.

Os resultados mostraram que as percepções das experiências na infância se apresentaram relacionadas com o bem-estar subjetivo na vida adulta, sugerindo que, quanto maior o número de experiências negativas (ou menor número de experiências positivas) na infância, menor o bem-estar subjetivo na vida adulta. Isto mostrou evidência empírica consistente com a nossa hipótese 1.

De facto, a exposição a experiências adversas no passado poderá acarretar consequências quer a curto quer a longo prazo, podendo afetar não só a saúde na infância, mas também ao longo da vida adulta (Dube, 2018; Kessler et al., 2010). Da mesma forma, a recordação de poucas experiências positivas ao longo da infância poderá ser prejudicial ao bem-estar ao longo de toda a vida (Almeida et al., 2021; Daines et al., 2021). Através das análises preliminares das correlações, constatámos que a relação entre as percepções das experiências positivas na infância com o bem-estar subjetivo foi mais forte do que a relação entre as percepções das experiências adversas e o bem-estar subjetivo na vida adulta. Isto vai de encontro ao que outros autores já haviam anteriormente identificado (Almeida et al., 2021), sublinhando que a ausência de memórias de experiências positivas na infância poderá ser tão ou mais prejudicial para a percepção de bem-estar do que as experiências adversas na infância.

Os eventos externos têm uma elevada preponderância na trajetória do bem-estar subjetivo ao longo da vida (Lomas et al., 2024; VanderWeele et al., 2025). Desta forma, é expectável que aqueles que recordam ter estado expostos a um maior número de experiências negativas (e/ou menor número de experiências positivas) ao longo da sua infância percepcionem de diferente forma o mundo que os rodeia e a forma como estes se enquadram no mundo (Grob, 1995; Kelifa et al., 2021; Sarginson et al., 2024). A exposição a um ambiente adverso é muitas vezes caracterizado pela falta de segurança e de previsibilidade, o que pode provocar uma maior

retenção de informação negativa (Sheffler et al., 2019; Smith et al., 2025), e poderá potenciar também uma menor percepção da capacidade de controlo sobre a vida, maior sensação de perigo, imprevisibilidade e incapacidade de controlo dos pensamentos e das próprias ações (Feng et al., 2023; Horváth et al., 2024).

A diminuição da sensação de segurança, da previsibilidade e do controlo poderão ser determinantes para o brotar de crenças negativas sobre o próprio e acerca do enquadramento do indivíduo no mundo que o rodeia, o que pode comprometer a sua sensação de satisfação e harmonia com a vida (Feng et al., 2023; Kelifa et al., 2021). A investigação tem mostrado que indivíduos que percepcionem terem estado expostos a pelo menos um evento adverso ao longo da sua infância – nomeadamente, aqueles que recordam um passado de abuso ou de disfunção no agregado familiar – poderão sentir uma menor satisfação com a sua vida na fase adulta (Crandall et al., 2019; Mosley-Johnson et al., 2019). De facto, quem recorda ter passado por eventos adversos tende a apresentar um maior risco para o desenvolvimento de perturbações de humor, como a depressão, assim como perturbações de ansiedade (Briggs & Price, 2009; Yohros, 2023), uma menor capacidade de aceitação própria e uma sensação diminuída de propósito na vida (Mosley-Johnson et al., 2019). A satisfação com a vida é tida como uma componente psicológica do bem-estar subjetivo (Nima et al., 2024). Logo, a fragilização da saúde psicológica, evidenciada pelo aumento da propensão para o desenvolvimento de patologias psiquiátricas ou pela instalação de crenças negativas acerca do próprio e do seu lugar no mundo, poderão fazer com que ocorra uma diminuída satisfação com a vida.

A recordação de experiências adversas na infância tem estado também associadas a um menor bem-estar social, sendo que estes tendem a ter uma menor percepção de significado da sociedade, menor integração social e aceitação dos outros, vendo-se também como agentes com menor contribuição para a sociedade (Mosley-Johnson et al., 2019). No sentido oposto, a percepção de um maior número de experiências positivas na infância tem-se mostrado associada a uma maior confiança nos outros e de enquadramento social, estimulada pela lembrança de experiências familiares e comunitárias favoráveis ao próprio (Poole et al., 2017). A harmonia com a vida, uma componente do bem-estar subjetivo recentemente proposta por Nima e colegas (2024), e que incluímos no estudo, é apontada como a componente social do bem-estar subjetivo, dada a sua relação a percepção de aceitação, flexibilidade e enquadramento de um indivíduo consigo próprio e com o ambiente que o rodeia. Desta forma, aqueles que recordam ter passado por um maior número de experiências adversas do que experiências positivas podem reportar um menor bem-estar social, maior insatisfação com o seu enquadramento no mundo,

apresentando simultaneamente uma visão mais negativa em relação ao funcionamento do mundo exterior quando em comparação com aqueles que recordam um maior número de experiências positivas.

5.1. A crença num mundo justo medeia a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, bem como a crença no livre-arbítrio (apenas pela via da resiliência)

O modelo de dupla mediação foi parcialmente confirmado. A crença no livre-arbítrio não apresentou um efeito indireto significativo na relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, enquanto a crença num mundo justo se mostrou mediadora significativa desta relação. Por outro lado, no modelo complementar, tanto a crença no mundo justo como a crença no livre-arbítrio mediaram a relação entre as memórias das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, sendo que a crença no livre-arbítrio mediou esta relação apenas por via da resiliência.

A inconsistência do efeito de mediação por parte da crença no livre-arbítrio é um achado relevante neste estudo. No presente estudo, a falta desta relação poderá ter sido verificada devido à inclusão da crença num mundo justo como segunda variável mediadora, que, pela sua relação mais forte com o bem-estar subjetivo, poderá ter minimizado a força da relação da crença no livre-arbítrio com o bem-estar subjetivo. Até à data, não observámos estudos com modelos com múltiplas preditoras do bem-estar subjetivo que incluíssem a crença no livre-arbítrio. Outros autores têm demonstrado, ainda que de forma algo inconsistente, que o papel desta crença para a sustentação do bem-estar subjetivo na vida adulta poderá ser relativo. Por exemplo, St. Quinton (2024) verificou que aqueles com um maior ceticismo em relação ao livre-arbítrio não apresentaram uma menor satisfação ou menor sensação de significado da vida quando em comparação com aqueles com uma crença mais forte. Também Gooding e colegas (2018) não identificaram uma relação significativa entre a crença no livre-arbítrio e o relato de stress ou de sintomas depressivos. Estes resultados surgem um pouco contra a corrente do que a maioria da literatura tem demonstrado (Crescioni et al., 2016; Zhao & Huo, 2022; Zhao et al., 2024). No entanto, os resultados destes estudos advêm essencialmente de manipulações da crença no livre-arbítrio, que visam induzir um grau de descrença nesta naqueles que acreditam nesta. Estes efeitos podem verificar-se apenas momentaneamente, dado que as crenças tendem a apresentar uma forte estabilidade temporal, sendo que aqueles que têm uma crença sua

colocada em causa podem dar relatos temporariamente exacerbados, mas sem consequências ao longo do tempo (Genshow et al., 2022; St Quinton, 2024). Por sua vez, no presente estudo a crença não foi manipulada, mas sim avaliada consoante a percepção atual dos participantes. Aqueles que apresentam uma fraca crença no livre-arbítrio, apesar de poderem sentir uma reduzida sensação de controlo em geral, não deixarão necessariamente de se sentirem como agentes responsáveis pelas suas ações e suas consequências, pelo que poderão preservar alguma percepção de autonomia (Kwok et al., 2013; Tang et al., 2020). Scali e colegas (2012) mostraram que aqueles que recordavam ter experienciado experiências adversas reportaram menor satisfação com a vida, mas não uma menor percepção de autonomia, enquanto Gooding e colegas (2018) identificaram que a crença no livre-arbítrio não se apresentava relacionada com o bem-estar subjetivo quando controlado pela sensação de auto-controlo e de escolha.

Por outro lado, a relação da crença no livre-arbítrio com o bem-estar subjetivo foi observada apenas por via da resiliência – a percepção de um maior número de experiências negativas (e/ou menos experiências positivas) na infância predizeu uma maior crença no livre-arbítrio, a qual foi preditora de uma maior percepção de resiliência que, por sua vez, foi preditora de um maior bem-estar subjetivo. Uma crença fortalecida no livre-arbítrio significa, tipicamente, que os indivíduos sentem que possuem uma maior capacidade de controlo sobre as próprias ações (Clark et al., 2021; St Quinton et al., 2023). Isto é algo que poderá ser importante para fomentar uma maior sensação de resiliência, pois aqueles que se percecionam como mais resilientes tendem também a ter uma maior sensação de controlo, agência e autonomia aquilo que são os seus comportamentos ao longo da vida (Campbell-Sills et al., 2009; Cicchetti & Rogosch, 2009).

A crença no livre-arbítrio apresentou uma relação significativa e no sentido previsto com as percepções das experiências na infância em ambos os modelos – um maior número de experiências adversas (e/ou menor número de experiências positivas) recordadas esteve relacionado a uma menor crença no livre-arbítrio. Uma das possíveis explicações este achado poderá ser o sentido de responsabilização e de controlo. Como referido anteriormente, a crença no livre-arbítrio poderá emergir na maioria da população dado ser uma norma relevante para a regulação e monitorização do comportamento (Clark et al., 2014; House et al., 2020). Aqueles que percecionam ter atravessado um maior número de experiências adversas na infância poderão ter fomentado, desde cedo, uma crença fragilizada sobre a capacidade de controlo de próprio em relação àquilo que foram ambientes adversos, sobre o qual o indivíduo, enquanto criança, não possuía controlo sobre o meio em seu redor. Por outro lado, aqueles que creem no

livre-arbítrio podem ter tendência a mostrar uma maior necessidade de responsabilização e de punição para com os outros (Clark et al., 2014; Gill & Cerce, 2017). No entanto, a atribuição de culpa e responsabilização tende a ser menor quando são conhecidos os contextos formativo – quanto maior é a informação biográfica disponível, maior a diminuição da atribuição de controlo e a severidade da punição atribuída (Gill & Cerce, 2017; Malle et al., 2014). Desta forma, propomos que quem recorda ter vivenciado por experiências adversas na infância poderá sentir ainda mais estes efeitos, o que diminuirá a sua percepção de controlo, visto que o seu conhecimento autobiográfico será superior quando comparado com o conhecimento biográfico relativo a outros.

Por outro lado, no presente estudo, a crença num mundo justo mediou a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta em ambos os modelos estudados. Refletindo acerca do conceito da crença num mundo justo – cada um tem aquilo que merece e merece aquilo que tem (Lerner & Miller, 1978) – a fragilização desta crença naqueles que recordam ter atravessado mais experiências adversas do que positivas poderá advir de uma diminuição do sentido de justiça geral na forma como o mundo opera. A crença num mundo justo traz também consigo uma certa sensação de certeza acerca do funcionamento do mundo. Aqueles que recordam um maior número de experiências negativas na infância poderão percecionar uma maior instabilidade na vida em geral, tendo em conta a sua memória de contextos ambientais imprevisíveis e inseguros (Feng et al., 2024; Horváth et al., 2024). Desta forma, estas experiências poderão cultivar uma sensação de maior imprevisibilidade, comprometendo a crença num mundo justo. As crenças tidas tipicamente como mais adaptativas são aquelas que apresentam uma valência positiva, algo que caracteriza também a crença num mundo justo (Charpentier et al., 2018; Tomaka & Blascovitch, 1994). Por outro lado, quem perceciona ter atravessado um maior número de experiências negativas na infância tende a reter mais informação negativa, sendo que estas experiências podem também criar estados de hipervigilância em relação ao ambiente em seu redor, de forma a desenvolver mecanismos de proteção em relação a potenciais ameaças (Feng et al., 2024; Smith et al., 2025). Desta forma, é compreensível que quem se recorda de um maior número de experiências adversas na infância tenha sido sujeito mais frequentemente a contextos de elevado stress e um maior número de estados de luta ou fuga, o que poderá contribuir para um recrutamento mais frequente da atenção para cenários negativos, tornando-os mais salientes e relevantes para a proteção do próprio (Briggs & Price, 2009; Wright et al., 2009). Assim, isto poderá potenciar a

retenção de informação acerca de características ambientais negativas, promovendo a crença de que um mundo não é um lugar justo.

Por sua vez, uma menor crença num mundo justo esteve relacionada a um menor bem-estar subjetivo na vida adulta. Isto vai ao encontro daquilo observado em estudos prévios, que mostraram que a crença num mundo justo tem em si um cariz protetor do bem-estar subjetivo, sendo esta uma crença desejável, que traz consigo uma maior certeza em relação à forma como o mundo funciona (Correia et al., 2024; Feng et al., 2024). Deve-se referir que a crença num mundo é um construto que pode ser manifestado em duas dimensões complementares, mais especificamente a crença num mundo justo pessoal e geral (Dalbert, 1999). Destas, aquela que se tem mostrado mais associada ao bem-estar subjetivo é a crença num mundo justo pessoal (Correia et al., 2024; Lipkus et al., 1996). Contudo, a crença num mundo justo geral e pessoal têm-se apresentado moderada a fortemente relacionadas entre elas (Correia & Dalbert, 2007), estando ambas também associadas ao bem-estar subjetivo. Apesar disto, a força desta relação tende a ser superior para a crença num mundo justo pessoal em comparação com a crença num mundo justo geral (Correia & Dalbert, 2007; Hafer et al., 2020; Lutz et al., 2025). Os resultados mostraram evidência empírica para estas premissas. De facto, apesar destas semelhanças, devem-se reconhecer as assimetrias nas atribuições de justiça pessoal e geral – existe a tendência para percecionarmos o mundo no geral como um lugar menos justo do que o nosso mundo pessoal (Bartholomaeus & Strelan, 2019; Wenzel et al., 2017). Esta assimetria poderá trazer consigo uma função protetora a nível individual, ou seja, a crença de que o nosso mundo pessoal é mais justo do que o mundo no geral poderá contribuir para nos sentirmos mais seguros e dispostos a interagir com os outros, facilitando a cooperação recíproca (Alves et. al, 2019; Alves & Correia, 2010). Para que tal aconteça, a percepção geral de justiça, ainda que importante, parece ser mais secundária para estimular esta sensação de segurança e bem-estar a nível individual (Lutz et al., 2025), podendo esta ser mais proximal à própria crença no livre-arbítrio, algo que se observou no presente estudo, que mostrou uma relação mais forte entre a crença num mundo justo geral e o livre-arbítrio em comparação com a crença num mundo justo pessoal.

Tal como a crença no livre-arbítrio, a crença num mundo justo geral poderá apresentar-se associada a conceitos gerais de justiça e de responsabilização não só própria, mas também dos outros (Clark et al., 2014; Lipkus et al., 1996). Sendo o bem-estar subjetivo um conceito que diz respeito àquilo que a percepção do quanto apropriado é o enquadramento individual no mundo em seu redor (VanderWeele et al., 2025), a sensação de justiça pessoal poderá ser um conceito

mais estruturante para o sustentar da satisfação e harmonia com a vida. Será mais relevante para o bem-estar pessoal sentir que o mundo é justo para si do que para os outros – a minha vida, ainda que em relação ao mundo em redor, é satisfatória e harmoniosa. Para isso, é importante, como o presente estudo sugere, sentir que o mundo em geral é um lugar justo, mas sobretudo que aquilo que acontece ou aconteceu na minha vida é ou foi justo.

5.2. Resiliência não enquanto moderadora, mas como mediadora da relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo

O modelo de moderação múltipla demonstrou que a resiliência não moderou a relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta. Desta forma, foi rejeitada a hipótese 2 do estudo. A análise de moderação exploratória não verificou um efeito moderador da resiliência nas mediações preconizadas no modelo 1 do estudo, pelo que não existiu evidência empírica para suportar a mediação moderada avaliada.

Tendo em conta aquilo que foi empiricamente constatado – a ausência de efeito moderador da resiliência na relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo, mas, em simultâneo, uma elevada relação direta da resiliência com o bem-estar subjetivo na vida adulta – foi testado um modelo exploratório de mediação em série, com a resiliência posicionada após a mediação dupla pela crença no livre-arbítrio e a crença num mundo justo. Os efeitos indiretos deste modelo foram superiores aos efeitos do modelo de mediação original, possivelmente devido à forte relação entre a resiliência reportada e o bem-estar subjetivo na vida adulta.

Desta forma, no presente estudo não se verificou de forma robusta o papel moderador da resiliência relatada na relação entre as percepções das experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta, ainda que os resultados tenham demonstrado que este efeito tenha estado próximo da significância. Por outro lado, demonstrou-se um forte efeito direto e indireto desta no bem-estar subjetivo. Estes resultados são relevantes para melhor compreendermos o funcionamento da resiliência. Como referido anteriormente, de acordo com a teoria da resiliência (Fergus & Zimmerman, 2005; Zimmerman, 2013), a resiliência poderá ter diferentes mecanismos de atuação, através dos quais esta pode servir como opositora, protetora ou atenuadora das consequências negativas de experiências adversas. Dos modelos propostos por Zimmerman e Fergus (2005), aquele que têm vindo a ser mais consistentemente suportado de um ponto de vista empírico é o modelo compensatório, que preconiza que fatores positivos

experienciados servirão para fortalecer a percepção de resiliência, sendo esta promotora do bem-estar e neutralizadora das consequências negativas de experiências adversas, independente do número de situações adversas enfrentadas ao longo do tempo (Bunting et al., 2023; Crandall et al., Daines et al., 2021). Por outro lado, o modelo protetor da resiliência, em que esta atua como moderadora das experiências adversas na infância recordadas na saúde e no bem-estar tem sido aquele com o suporte empírico menos consistente. Por exemplo, Bunting e colegas (2023), não verificaram um efeito moderador das memórias das experiências positivas na infância (os fatores protetores que dão origem à percepção de resiliência) na saúde subjetiva dos participantes, da mesma forma que Crandall e colegas (2019) não constataram evidência empírica do modelo protetor da resiliência, ao passo que verificaram que as recordações das experiências adversas e positivas atuam de forma independente na relação com a saúde e bem-estar na vida adulta. No entanto, deve-se sublinhar que metodologicamente o presente estudo difere dos previamente mencionados, pois estes avaliaram fatores potencialmente favoráveis para a construção da percepção da resiliência (as recordações de experiências positivas na infância) e não a percepção direta da resiliência, como foi o caso do presente estudo. Sublinhamos que estudos prévios mostraram, por outro lado, que a resiliência tem sido identificada como moderadora da relação entre as memórias das experiências adversas e o bem-estar subjetivo na vida adulta (Edwards et al., 2014; Lau et al., 2018; Smith et al., 2016; Tlapek et al., 2017). Isto demonstra que, apesar destas diferenças, o presente estudo suporta e contribui para a evidência inconsistente acerca do papel da percepção da resiliência na atenuação da relação entre as recordações das experiências na infância e o bem-estar subjetivo na vida adulta, sobretudo tendo em conta que este efeito não foi estatisticamente significativo por um valor marginal.

Por outro lado, a resiliência reportada apresentou-se no presente estudo como a variável mais determinante para o bem-estar subjetivo na vida adulta, quer pela sua relação direta quer pela relação indireta, sendo a mediadora com efeito indireto mais forte daqueles avaliados no presente estudo. Este achado já foi previamente identificado na literatura, sendo que esta já veio a ser identificada como o traço de personalidade mais fortemente associado ao bem-estar subjetivo, bem como a outros fatores fortemente associados a este, como a satisfação com a vida, autoestima, percepção de suporte social (Roth & Herzberg, 2007; Roth & von Collani, 2007). Tendo isto em conta, podemos observar que o presente estudo suporta o modelo compensatório da construção da resiliência, mostrando que esta é, por si só, um fator direto protetor do bem-estar subjetivo por si só, de forma independente, algo que suportado por

Bunting e colegas (2023) e Crandall e colegas (2019), que verificaram, simultaneamente, que não existia evidência suficiente para confirmar o modelo moderador da resiliência. Os participantes do presente estudo relataram ter significativamente mais experiências positivas do que adversas, enquanto referiram, em média, ter estado expostos a duas experiências adversas na infância. Indicaram, simultaneamente, ter níveis médios de resiliência elevados. Isto poderá reforçar a ideia de que, quando existe a exposição a algum grau de adversidade ao longo da vida, desde que numa quantidade ligeira a moderada, a adversidade poderá contribuir para o desenvolvimento de uma percepção resiliência, importante para superar potenciais adversidades vindouras (Crandall et al., 2019; Seery, 2011; Tlapek et al., 2017), algo que vai de encontro ao modelo de competição da teoria da resiliência (Fergus & Zimmerman, 2005; Zimmerman, 2013), que preconiza exatamente que a adversidade, desde que em pouca quantidade, poderá ser importante para a construção o fortalecimento da percepção da resiliência.

Da mesma forma, a percepção da resiliência demonstrou um efeito mediador importante na relação entre as memórias das experiências na infância e o bem-estar subjetivo. Assim, os resultados obtidos podem ser interpretados à luz do modelo compensatório não só para pela relação direta observada entre a percepção da resiliência com o bem-estar subjetivo, mas também através do modelo complementar de mediação em série, que sugere que as recordações das experiências de infância estão relacionadas com o bem-estar subjetivo, sendo esta relação em parte mediada pelos níveis de resiliência relatados. O presente estudo mostra a importância da existência de um maior número de experiências positivas e/ou ausência de experiências negativas recordadas para o desenvolvimento de uma percepção de resiliência robusta. O efeito indireto da resiliência enquanto preditor do bem-estar tem vindo a ser por outros autores (McLafferty et al., 2021; Sheffer et al., 2019). mostrando a sua importância quer como preditor direto ou indireto do bem-estar subjetivo, sendo esta característica uma possível materialização de mecanismos de *coping* adaptativos, associada não só a percepções internas que capacitem o indivíduo para lidar com a adversidade, mas também a percepções positivas acerca dos que os rodeiam, como a capacidade de confiar nos outros e de procurar apoio externamente (Scali et al., 2012), sendo que aqueles que se consideram mais resilientes apresentam igualmente uma percepção de um elevado suporte social em seu redor (Fontes et al., 2024). Isto revela a importância das relações proximais e da segurança que o auxílio e a cooperação com os outros podem oferecer para suportar e estimular a sensação de uma maior resiliência.

5.3. Limitações e recomendações para futuros estudos

A interpretação dos resultados do presente estudo não deve ser feita sem ter em conta algumas das suas limitações. Uma das potenciais limitações do estudo é o facto de as informações recolhidas acerca das experiências na infância serem feitas através do autorrelato e num estudo de desenho correlacional, em que os dados de cada variável foram observados em apenas um momento. A estabilidade temporal do relato das experiências na infância tem sido analisada, existindo alguma literatura a mostrar que, apesar da existência de uma fiabilidade temporal moderada a elevada dos questionários que avaliam a percepção de experiências adversas na infância, a sua fiabilidade tende a ser menor à medida que aumenta a distância de tempo entre teste e o reteste, sendo que esta discrepância poderá aumentar na presença de sintomatologia depressiva, associada a um menor bem-estar subjetivo (Cammack et al., 2016; Goltermann et al., 2021). Também Fergusson e colegas (2000) verificaram que os relatos de abuso físico têm uma consistência temporal moderada, enquanto os relatos de abuso sexual têm consistência temporal fraca, sendo ambos tendencialmente subestimados. Futuros estudos deverão ter em conta a avaliação longitudinal destes dados. Por outro lado, poderá ser importante controlar a sintomatologia associada à depressão quando se avalia as percepções das experiências na infância.

Outra potencial limitação tem a ver com a própria conceptualização do livre-arbítrio, sobretudo para leigos acerca desta temática (Berniūnas et al., 2014; Nadelhoffer et al., 2014; Nadelhoffer et al., 2023). Partindo do pressuposto que uma crença tem em si uma componente motivacional e funcional, é importante estabelecer uma definição consistente do que significa o livre-arbítrio, visto que a variabilidade e subjetividade da sua definição poderá fazer com que também as consequências desta crença, dum ponto de vista cognitivo e comportamental, sejam mais variáveis (Berniūnas et al., 2021; Norenzayan & Heine, 2005). Por exemplo, apesar de a análise fatorial do questionário *Free Will Inventory* (Nadelhoffer et al., 2014), validado em português (Vilanova et al., 2017) apresentar um bom ajustamento, semelhante à escala original, Vilanova e colegas (2017) mencionaram que alguns participantes comentaram que “algumas questões são difíceis de compreender”. Isto poderá ser indicador da dificuldade e subjetividade da definição da crença no livre-arbítrio.

Berniūnas e colegas (2021) também notaram que a grande maioria da literatura disponibilizada acerca da crença no livre-arbítrio se localizava em países ocidentais, educados, industrializados, ricos e democráticos (WEIRD), compondo um total de 91% da literatura

acerca da crença no livre-arbítrio e, na maioria, conduzidos na língua inglesa, pelo que a conceptualização poderá variar entre o inglês e outras línguas. Note-se que, caso façamos uma tradução direta e literal do inglês para o português, “*free-will*” poder-se-ia traduzir como “livre-vontade”. No entanto, a palavra “arbítrio”, além de significar “vontade” também remete para decisão e juízo, pelo que poderão existir diferenças semânticas e culturais na interpretação do significado deste conceito. Desta forma, recomenda-se que futuros estudos tenham em consideração estas possíveis diferenças semânticas na definição desta crença entre a língua inglesa e a portuguesa.

O efeito da deseabilidade social no momento das respostas a algumas questões poderá ser igualmente um fator a ter em conta enquanto possível limitação do estudo, nomeadamente para dimensões como a crença num mundo justo, a crença no livre-arbítrio e a resiliência. No que toca à crença num mundo justo, este potencial efeito já foi sugerido, sobretudo para a crença num mundo justo pessoal, tendo em conta que estes poderão ser valores normativos, vistos de uma forma positiva pela potencial sensação de controlo atribuído a estas crenças, sendo percecionados também como socialmente úteis (Alves & Correia, 2010; Testé & Perrin, 2013). Dado que a crença no livre-arbítrio preconiza também a existência de valores similares aos da crença num mundo justo, estando ambas associadas a, por exemplo, noções de justiça e de controlo, bem como a relação significativa entre esta e a crença num mundo justo, é possível que se verifique também algum efeito de deseabilidade social no momento de autorrelato desta crença. Por outro lado, este efeito foi também observado em estudos que avaliaram o autorrelato da resiliência, sendo que estes poderão inconscientemente distorcer a sua própria percepção de uma forma positiva, algo mais típico de ser observado em indivíduos com uma saúde mental íntegra (Paulhus, 1986; Roth & Herzberg, 2007). Recomenda-se que futuros estudos tenham em conta estes dados, e que procurem avaliar a resiliência não só através da via do autorrelato. Da mesma forma, recomendamos controlar o efeito da deseabilidade social ao avaliar as crenças no mundo justo e livre-arbítrio, tal como a resiliência.

Por fim, deve-se sublinhar o facto de o rendimento socioeconómico relatado ter-se associado ao bem-estar subjetivo. O rendimento é um preditor de elevada importância no bem-estar ao longo da vida (d'Hombres et al., 2010; Haczewicz et al., 2023; Lau et al., 2018). Por exemplo, aqueles pertencentes a um estrato socioeconómico desfavorecido apresentam um maior risco de experienciar eventos adversos na infância, o que é, por si só, um fator de risco para a saúde na vida adulta (Walsh et al., 2019). A transversalidade dos valores meritocráticos na sociedade ocidental poderá ter também um importante na forma de um indivíduo percecionar

o mundo. Pessoas com menor rendimento podem desenvolver noções diferentes sobre a forma como o mundo opera, sentindo-se injustiçados e menos capazes de controlar o seu destino (Millward-Hopkins, 2021). Um baixo nível de rendimentos poderá também contribuir para que o indivíduo se perceba como menos capaz e competente para lidar com potenciais adversidades da vida, vendo-se também como menos resiliente (Kelifa et al., 2021; Lau et al., 2018). Apesar de não ser este o foco principal do estudo, não podemos deixar de identificar e destacar o papel deletério que um baixo rendimento socioeconómico poderá ter no bem-estar ao longo da vida. Outras variáveis sociodemográficas apresentaram importantes relações com outras variáveis de interesse do estudo, destacando-se destas o grau de escolaridade, positivamente relacionado com as crenças no livre-arbítrio e mundo justo e a resiliência relatada. Esta poderá ser, igualmente, uma variável de potencial interesse para futuros estudos acerca destas temáticas.

CAPÍTULO 6

Conclusões

Os resultados da presente investigação mostraram evidência empírica de que as pessoas que se recordam de mais eventos positivos do que negativos relatam melhores indicadores de bem-estar subjetivo, sendo que estes efeitos serialmente mediados pelas crenças num mundo justo e crença no livre-arbítrio e pela resiliência reportada. De facto, estas pessoas expressaram ter uma mais forte crença num mundo justo e no livre-arbítrio e, quanto maior a força destas crenças, maior o autorrelato da resiliência. Por sua vez, quanto maior a resiliência reportada, maior o bem-estar subjetivo.

Ao concebermos que as crenças têm em si um valor motivacional, é expectável que a sua formação seja no sentido de suportar a tomada de decisão para nos aproximarmos ou afastarmos de algo, pelo que, tipicamente, procuramos contextos prazerosos e de segurança e, ao mesmo tempo, tendemos a evitar contextos que comprometam a nossa segurança e bem-estar (Bromberg-Martin & Sharot, 2020; Shiota & Kalat, 2018). De acordo com a teoria de marcadores somáticos de Damásio (1994), a nossa cognição segue um mapa prospectivo que nos guia para a procura de prazer e a evitação da dor e, para nos auxiliar em tal tarefa, as emoções que experienciamos ao longo da vida podem servir como elementos na atualização das nossas crenças, levando-nos a ver o mundo de diferentes formas, consoante aquilo que experienciamos ao longo da vida (Alwin, 2001; Frijda et al., 2000; Verweij & Damásio, 2019). Como tal, quem perceciona ter passado por um maior número de experiências adversas na infância poderá ver as suas crenças afastar-se daquilo que se preconiza como mais desejável e adaptativo, devido à exposição a ambientes potencialmente provocadores de estados emocionais de valência negativa e que tendem a salientar a necessidade de evitação de potenciais ameaças à integridade e bem-estar (Feng et al., 2024; Smith et al., 2025). Ou seja, como o presente estudo suporta, estes indivíduos poderão passar a percecionar o mundo como um local menos justo e menos livre do que aqueles que se recordam de ter atravessado menos eventos adversos ao longo da infância. Por sua vez, estas crenças poderão estar também indiretamente relacionadas com o bem-estar subjetivo na vida adulta, algo que o presente estudo demonstrou para a crença num mundo justo, mas não de forma consistente para a crença no livre-arbítrio.

Por fim, o presente estudo mostrou a forte relação direta da resiliência com o bem-estar subjetivo, bem como o seu efeito indireto, evidenciando o seu papel enquanto mediadora do

bem-estar reportado no modelo complementar analisado. Isto sublinha a importância de aprofundar os conhecimentos acerca dos mecanismos da formação e promoção de uma forte percepção de resiliência, pois, pelo que o presente estudo sugere, esta parece ser uma forte preditora do bem-estar subjetivo na vida adulta.

Referências

- Akintunde, T. Y., Isangha, S. O., Iwuagwu, A. O., & Adedeji, A. (2023). Adverse Childhood Experiences and Subjective Well-Being of Migrants: Exploring the Role of Resilience and Gender Differences. *Global Social Welfare*, 11(3), 243–255. <https://doi.org/10.1007/s40609-023-00310-w>
- Almeida, M. H., Dias, S., Xavier, M., & Torgal, J. (2020). Validação Exploratória e Confirmatória da Escala de Resiliência Connor-Davidson (CD-RISC-10) numa Amostra de Inscritos em Centros de Emprego. *Acta Médica Portuguesa*, 33(2), 124–132. <https://doi.org/10.20344/amp.12243>
- Almeida, T. C., Guarda, R., & Cunha, O. (2021). Positive childhood experiences and adverse experiences: Psychometric properties of the Benevolent Childhood Experiences Scale (BCEs) among the Portuguese population. *Child Abuse & Neglect*, 120, 105179. <https://doi.org/10.1016/j.chabu.2021.105179>
- Alquist, J. L., Ainsworth, S. E., & Baumeister, R. F. (2013). Determined to conform: Disbelief in free will increases conformity. *Journal of Experimental Social Psychology*, 49(1), 80–86. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2012.08.015>
- Alves, H. V., Pereira, C. R., Sutton, R. M., & Correia, I. (2019). The world may not be just for you but you'd better not say it: On the social value of expressing personal belief in a just world. *European Journal of Social Psychology*, 49(2), 270–285. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2535>
- Alwin, D. F. (2001). Parental values, beliefs, and behavior: A review and promulga for research into the new century. *Advances in Life Course Research*, 6, 97-139. [https://doi.org/10.1016/S1040-2608\(01\)80008-3](https://doi.org/10.1016/S1040-2608(01)80008-3)
- Azizan, N. H., & Mahmud, Z. (2018). A Systematic Review on Determinants of Subjective Well-Being. *Environment - Behaviour Proceedings Journal*, 3(7). <https://doi.org/10.21834/e-bpj.v3i7.1228>
- Bartholomaeus, J., & Strelan, P. (2019). The adaptive, approach-oriented correlates of belief in a just world for the self: A review of the research. *Personality and Individual Differences*, 151, 109485. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2019.06.028>

Baumeister, R. F., Masicampo, E. J., & DeWall, C. N. (2009). Prosocial Benefits of Feeling Free: Disbelief in Free Will Increases Aggression and Reduces Helpfulness. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 35(2), 260–268. <https://doi.org/10.1177/0146167208327217>

Bellis, M. A., Hughes, K., Ford, K., Hardcastle, K. A., Sharp, C. A., Wood, S., Homolova, L., & Davies, A. (2018). Adverse childhood experiences and sources of childhood resilience: A retrospective study of their combined relationships with child health and educational attendance. *BMC Public Health*, 18(1), 792. <https://doi.org/10.1186/s12889-018-5699-8>

Berniūnas, R., Beinorius, A., Dranseika, V., Silius, V., & Rimkevičius, P. (2021). The weirdness of belief in free will. *Consciousness and Cognition*, 87, 103054. <https://doi.org/10.1016/j.concog.2020.103054>

Breton, E., Kidman, R., Behrman, J., Mwera, J., & Kohler, H.-P. (2022). Longitudinal consistency of self-reports of adverse childhood experiences among adolescents in a low-income setting. *SSM - Population Health*, 19, 101205. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2022.101205>

Briggs, E. S., & Price, I. R. (2009). The relationship between adverse childhood experience and obsessive-compulsive symptoms and beliefs: The role of anxiety, depression, and experiential avoidance. *Journal of Anxiety Disorders*, 23(8), 1037–1046. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2009.07.004>

Brislin, R. W. (1970). Back-Translation for Cross-Cultural Research. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 1(3), 185-216. <https://doi.org/10.1177/135910457000100301>

Bromberg-Martin, E. S., & Sharot, T. (2020). The value of beliefs. *Neuron*, 106(4), 561–565. <https://doi.org/10.1016/j.neuron.2020.05.001>

Cammack, A. L., Hogue, C. J., Drews-Botsch, C. D., Kramer, M. R., Pearce, B. D., Knight, B. T., Stowe, Z. N., & Newport, D. J. (2016). Test-retest reliability of retrospective self-reported maternal exposure to childhood abuse and neglect. *Archives of Women's Mental Health*, 19(2), 415–421. <https://doi.org/10.1007/s00737-015-0536-x>

Campbell-Sills, L., Forde, D. R., & Stein, M. B. (2009). Demographic and childhood environmental predictors of resilience in a community sample. *Journal of Psychiatric Research*, 43(12), 1007–1012. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2009.01.013>

Carey, J. M., & Paulhus, D. L. (2013). Worldview Implications of Believing in Free Will and/or Determinism: Politics, Morality, and Punitiveness. *Journal of Personality*, 81(2), 130–141. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2012.00799.x>

Caruso, G. D., Shaw, E., & Pereboom, D. (2019). Free Will Skepticism in Law and Society: An Overview. Em E. Shaw, D. Pereboom, & G. D. Caruso (Eds.), *Free Will Skepticism in Law and Society* (1.^a ed., pp. 1–26). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108655583.001>

Charpentier, C. J., Bromberg-Martin, E. S., & Sharot, T. (2018). Valuation of knowledge and ignorance in mesolimbic reward circuitry. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115(31), E7255–E7264. <https://doi.org/10.1073/pnas.180054711>

Cicchetti, D., & Rogosch, F. A. (2009). Adaptive coping under conditions of extreme stress: Multilevel influences on the determinants of resilience in maltreated children. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2009(124), 47–59. <https://doi.org/10.1002/cd.242>

Clark, C. J., Luguri, J. B., Ditto, P. H., Knobe, J., Shariff, A. F., & Baumeister, R. F. (2014). Free to punish: a motivated account of free will belief. *Journal of personality and social psychology*, 106(4), 501–513. <https://doi.org/10.1037/a0035880>

Clark, C. J., Winegard, B. M., & Shariff, A. F. (2021). Motivated free will belief: The theory, new (preregistered) studies, and three meta-analyses. *Journal of Experimental Psychology: General*, 150(7), e22–e47. <https://doi.org/10.1037/xge0000993>

Çolak, B., Koç, G., İlhan, R. S., & Öncü, B. (2021). Relationship of Adolescents' Just World Beliefs with Childhood Trauma and Attachment Styles. *Turkish Journal of Child and Adolescent Mental Health*, 28(2), 159–165. <https://doi.org/10.4274/tjcamh.galenos.2021.22932>

Correia, I., Carvalho, H., Otto, K., & Nudelman, G. (2024). Justice perceptions and well-being: Belief in a just world is a personal resource and a coping resource. *British Journal of Psychology*, 115(2), 324–344. <https://doi.org/10.1111/bjop.12689>

Correia, I., & Dalbert, C. (2007). Belief in a just world, justice concerns, and well-being at Portuguese schools. *European Journal of Psychology of Education*, 22(4), 421–437. <https://doi.org/10.1007/BF03173464>

Costa Galinha, I., Pereira, C. R., & Esteves, F. (2014). Versão reduzida da escala portuguesa de afeto positivo e negativo - PANAS-VRP: Análise fatorial confirmatória e invariância temporal. *PSICOLOGIA*, 28(1), 53–65. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i1.622>

Crandall, A., Broadbent, E., Stanfill, M., Magnusson, B. M., Novilla, M. L. B., Hanson, C. L., & Barnes, M. D. (2020). The influence of adverse and advantageous childhood experiences during adolescence on young adult health. *Child Abuse & Neglect*, 108, 104644. <https://doi.org/10.1016/j.chabu.2020.104644>

Crandall, A., Miller, J. R., Cheung, A., Novilla, L. K., Glade, R., Novilla, M. L. B., Magnusson, B. M., Leavitt, B. L., Barnes, M. D., & Hanson, C. L. (2019). ACEs and counter-ACEs: How positive and negative childhood experiences influence adult health. *Child Abuse & Neglect*, 96, 104089. <https://doi.org/10.1016/j.chabu.2019.104089>

Crescioni, A. W., Baumeister, R. F., Ainsworth, S. E., Ent, M., and Lambert, N. M. (2016). Subjective correlates and consequences of belief in free will. *Philos. Psychol.* 29, 1–23. <https://doi.org/10.1080/09515089.2014.996285>

Crone, D. L., & Levy, N. L. (2019). Are Free Will Believers Nicer People? (Four Studies Suggest Not). *Social Psychological and Personality Science*, 10(5), 612–619. <https://doi.org/10.1177/1948550618780732>

d'Hombres, B., Rocco, L., Suhrcke, M. and McKee, M. (2010), Does social capital determine health? Evidence from eight transition countries. *Health Econ.*, 19: 56-74. <https://doi.org/10.1002/hec.1445>

Daines, C. L., Hansen, D., Novilla, M. L. B., & Crandall, A. (2021). Effects of positive and negative childhood experiences on adult family health. *BMC Public Health*, 21(1), 651. <https://doi.org/10.1186/s12889-021-10732-w>

Damasio, A. R. (1994). *Descartes' error: emotion, reason, and the human brain*. G.P. Putnam

Delle Fave, A., Brdar, I., Freire, T., Vella-Brodrick, D., & Wissing, M. P. (2011). The Eudaimonic and Hedonic Components of Happiness: Qualitative and Quantitative Findings. *Social Indicators Research*, 100(2), 185–207. <https://doi.org/10.1007/s11205-010-9632-5>

Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95(3), 542–575.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.95.3.542>

Dube, S. R. (2018). Continuing conversations about adverse childhood experiences (ACEs) screening: A public health perspective. *Child Abuse & Neglect*, 85, 180–184.
<https://doi.org/10.1016/j.chab.2018.03.007>

Du, H., King, R. B., & Chi, P. (2017). Self-esteem and subjective well-being revisited: The roles of personal, relational, and collective self-esteem. *PLoS one*, 12(8), e0183958.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0183958>

Edwards, K. M., Probst, D. R., Rodenhizer-Stämpfli, K. A., Gidycz, C. A., & Tansill, E. C. (2014). Multiplicity of Child Maltreatment and Biopsychosocial Outcomes in Young Adulthood: The Moderating Role of Resiliency Characteristics Among Female Survivors. *Child Maltreatment*, 19(3–4), 188–198.
<https://doi.org/10.1177/1077559514543354>

Faria Anjos, J., Heitor Dos Santos, M. J., Ribeiro, M. T., & Moreira, S. (2019). Connor-Davidson Resilience Scale: Validation study in a Portuguese sample. *BMJ Open*, 9(6), e026836. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-026836>

Feldman, G. (2017). Making sense of agency: Belief in free will as a unique and important construct. *Social and Personality Psychology Compass*, 11(1), e12293.
<https://doi.org/10.1111/spc3.12293>

Feldman, G., & Chandrashekar, S. P. (2018). Laypersons' Beliefs and Intuitions About Free Will and Determinism: New Insights Linking the Social Psychology and Experimental Philosophy Paradigms. *Social Psychological and Personality Science*, 9(5), 539–549. <https://doi.org/10.1177/1948550617713254>

Feltz, A., Cokely, E., & Tanner, B. (2021). The free will and punishment scale: Efficient measurement and predictive validity across diverse and nationally representative adult samples. *Consciousness and Cognition*, 95, 103215.
<https://doi.org/10.1016/j.concog.2021.103215>

Feng, N., Xie, Z., Li, Y., Yang, C., & Cui, L. (2024). The relationship between stressful childhood environments and depression for Chinese adolescents: A serial mediation model through perceived discrimination and belief in a just world. *Current Psychology*, 43(7), 6271–6283. <https://doi.org/10.1007/s12144-023-04814-8>

Fergusson, D. M., Horwood, L. J., & Woodward, L. J. (2000). The stability of child abuse reports: a longitudinal study of the reporting behaviour of young adults. *Psychological Medicine*, 30(3), 529-544. <https://doi.org/10.1017/S0033291799002111>

Fontes, A., Pereira, C. R., Menezes, S., Soares, A., Almeida, P., Carvalho, G., & Arriaga, P. (2024). Predictors of Health-Protective and Helping Behaviors during the Covid-19 Pandemic: The Role of Social Support and Resilience. *Psychological reports*, 127(6), 2736–2761. <https://doi.org/10.1177/0033294122112377>

Frijda, N. H., Manstead, A. S. R., & Bem, S. (2000). The influence of emotions on beliefs. In N. H. Frijda, A. S. R. Manstead, & S. Bem (Eds.), *Emotions and Beliefs: How Feelings Influence Thoughts* (pp. 1–9). chapter, Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511659904.001>

García-Sánchez, E., Correia, I., Pereira, C. R., Willis, G. B., Rodríguez-Bailón, R., & Vala, J. (2022). How Fair is Economic Inequality? Belief in a Just World and the Legitimation of Economic Disparities in 27 European Countries. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 48(3), 382–395. <https://doi.org/10.1177/01461672211002366>

Gavenas, J., Hieronymi, P., & Maoz, U. (2022). Diverging lay intuitions about concepts related to free will in arbitrary and deliberate decisions. *Consciousness and Cognition*, 106, 103434. <https://doi.org/10.1016/j.concog.2022.103434>

Genschow, O., Cracco, E., Schneider, J., Protzko, J., Wisniewski, D., Brass, M., & Schooler, J. W. (2022). Manipulating Belief in Free Will and Its Downstream Consequences: A Meta-Analysis. *Personality and Social Psychology Review*, 27(1), 52–82. <https://doi.org/10.1177/10888683221087527>

Gill, M. J., & Cerce, S. C. (2017). He never willed to have the will he has: Historicist narratives, “civilized” blame, and the need to distinguish two notions of free will. *Journal of Personality and Social Psychology*, 112(3), 361–382. <https://doi.org/10.1037/pspa0000073>

Goltermann, J., Meinert, S., Hülsmann, C., Dohm, K., Grotegerd, D., Redlich, R., Waltemate, L., Lemke, H., Thiel, K., Mehler, D. M. A., Enneking, V., Borgers, T., Repple, J., Gruber, M., Winter, N., Hahn, T., Brosch, K., Meller, T., Ringwald, K. G., ... Dannlowski, U. (2021). Temporal stability and state-dependence of retrospective self-reports of childhood maltreatment in major depression: A two-year longitudinal

analysis of the childhood trauma questionnaire. *MedRxiv*, 2021.08.31.21262884. <https://doi.org/10.1101/2021.08.31.21262884>

Gooding, P. L. T., Callan, M. J., & Hughes, G. (2018). The Association Between Believing in Free Will and Subjective Well-Being Is Confounded by a Sense of Personal Control. *Frontiers in Psychology*, 9, 623. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00623>

Grob, A. (1995). A structural model of environmental attitudes and behaviour. *Journal of Environmental Psychology*, 15(3), 209-220. [https://doi.org/10.1016/0272-4944\(95\)90004-7](https://doi.org/10.1016/0272-4944(95)90004-7)

Haczewicz, K. M., Shahid, S., Finnegan, H. A., Monnin, C., Cameron, C. D., & Gallant, N. L. (2024). Adverse childhood experiences (ACEs), resilience, and outcomes in older adulthood: A scoping review. *Child Abuse & Neglect*, 106864. <https://doi.org/10.1016/j.chabu.2024.106864>

Hafer, C. L., Busseri, M. A., Rubel, A. N., Drolet, C. E., & Cherrington, J. N. (2020). A latent factor approach to belief in a just world and its association with well-being. *Social Justice Research*, 33, 1–17. <https://doi.org/10.1007/s11211-019-00342-8>

Horváth, D., Kovács-Tóth, B., Oláh, B., & Fekete, Z. (2024). Trends in the dose-response relationship between adverse childhood experiences and maladaptive metacognitive beliefs: A cross-sectional study. *Comprehensive Psychiatry*, 132, 152489. <https://doi.org/10.1016/j.comppsych.2024.152489>

House, B. R., Kanngiesser, P., Barrett, H. C., Yilmaz, S., Smith, A. M., Sebastian-Enesco, C., Erut, A., & Silk, J. B. (2020). Social norms and cultural diversity in the development of third-party punishment. *Proceedings. Biological sciences*, 287(1925), 20192794. <https://doi.org/10.1098/rspb.2019.2794>

Katzir, M., & Genschow, O. (2022). Automatic or controlled: How does disbelief in free will influence cognitive functioning? *British Journal of Psychology*, 113(4), 1121–1142. <https://doi.org/10.1111/bjop.12578>

Kaya, F., & Odacı, H. (2024). Subjective well-being: Self-forgiveness, coping self-efficacy, mindfulness, and the role of resilience? *British Journal of Guidance & Counselling*, 52(4), 628–644. <https://doi.org/10.1080/03069885.2024.2350400>

Kelifa, M. O., Yang, Y., Carly, H., Bo, W., & Wang, P. (2021). How Adverse Childhood Experiences Relate to Subjective Wellbeing in College Students: The Role of Resilience and Depression. *Journal of Happiness Studies*, 22(5), 2103–2123. <https://doi.org/10.1007/s10902-020-00308-7>

Kesavayuth, D., Binh Tran, D., & Zikos, V. (2022). Locus of control and subjective well-being: Panel evidence from Australia. *PLOS ONE*, 17(8), e0272714. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0272714>

Kessler, R. C., McLaughlin, K. A., Green, J. G., Gruber, M. J., Sampson, N. A., Zaslavsky, A. M., Aguilar-Gaxiola, S., Alhamzawi, A. O., Alonso, J., Angermeyer, M., Benjet, C., Bromet, E., Chatterji, S., de Girolamo, G., Demyttenaere, K., Fayyad, J., Florescu, S., Gal, G., Gureje, O., Haro, J. M., ... Williams, D. R. (2010). Childhood adversities and adult psychopathology in the WHO World Mental Health Surveys. *The British Journal Of Psychiatry: The Journal Of Mental Science*, 197(5), 378–385. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.110.080499>

Kjell, O. N. E., Daukantaitė, D., Hefferon, K., & Sikström, S. (2016). The Harmony in Life Scale Complements the Satisfaction with Life Scale: Expanding the Conceptualization of the Cognitive Component of Subjective Well-Being. *Social Indicators Research*, 126(2), 893–919. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-0903-z>

Kowal, M. (2024). Translation practices in cross-cultural social research and guidelines for the most popular approach: back-translation. *Anthropological Review*, 87(3), 19–32. <https://doi.org/10.18778/1898-6773.87.3.02>

Kwok, Y. Y., Chui, W. H., & Wong, L. P. (2013). Need satisfaction mechanism linking volunteer motivation and life satisfaction: A mediation study of volunteers subjective well-being. *Social Indicators Research*, 114(3), 1315–1329. <https://doi.org/10.1007/s11205-012-0204-8>

Lau, S. Y. Z., Guerra, R. O., Barbosa, J. F. D. S., & Phillips, S. P. (2018). Impact of resilience on health in older adults: A cross-sectional analysis from the International Mobility in Aging Study (IMIAS). *BMJ Open*, 8(11), e023779. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-023779>

- Lau, C. L., Feher, A., Wilson, C. A., Babcock, S. E., & Saklofske, D. H. (2018). Resiliency, Meaning in Life, and Life Satisfaction: An Examination of Moderating Effects. *Acción Psicológica, 15*(2), 5–14. <https://doi.org/10.5944/ap.15.2.22256>
- Leal, T. C. D. A., Lima, K. D. S., Pereira, C. R., & Camino, L. (2023). Just World, Trust in Institutions and Socioeconomic and Political Moderations. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 39*, e39514. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39514.en>
- Leisman, G., Machado, C., Melillo, R., & Mualem, R. (2012). Intentionality and “free-will” from a neurodevelopmental perspective. *Frontiers in Integrative Neuroscience, 6*. <https://doi.org/10.3389/fnint.2012.00036>
- Leotti, L. A., Iyengar, S. S., & Ochsner, K. N. (2010). Born to choose: the origins and value of the need for control. *Trends in cognitive sciences, 14*(10), 457–463. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2010.08.001>
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin, 85*(5), 1030–1051. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.85.5.1030>
- Lerner, M. J. (1980). The Belief in a Just World. Em M. J. Lerner (Ed.), *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion* (pp. 9–30). Springer US. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-0448-5_2
- Li, C., Wang, S., Zhao, Y., Kong, F., & Li, J. (2017). The Freedom to Pursue Happiness: Belief in Free Will Predicts Life Satisfaction and Positive Affect among Chinese Adolescents. *Frontiers in Psychology, 7*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.02027>
- Li, P. F. J., & Wong, Y. J. (2024). Beliefs in Free Will Versus Determinism: Search for Meaning Mediates the Life Scheme–Depressive Symptom Link. *Journal of Humanistic Psychology, 64*(5), 940–953. <https://doi.org/10.1177/0022167820933719>
- Lipkus, I. M., & Bissonnette, V. L. (2016). Relationships among Belief in a Just World, Willingness to Accommodate, and Marital Well-Being. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*(10), 1043–1056. <https://doi.org/10.1177/01461672962210008>
- Liu, M., Mejia-Lancheros, C., Lachaud, J., Nisenbaum, R., Stergiopoulos, V., & Hwang, S. W. (2020). Resilience and Adverse Childhood Experiences: Associations With Poor

Mental Health Among Homeless Adults. *American Journal of Preventive Medicine*, 58(6), 807–816. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2019.12.017>

Lomas, T. , Pawelski, J. O. & VanderWeele, T. J. (2024). A flexible map of flourishing: The dynamics and drivers of flourishing, well-being, health, and happiness. *International Journal of Wellbeing*, 13(4), 3665, 1-38. <https://doi.org/10.5502/ijw.v13i4.3665>

Lutz, P. K., Newman, D. B., & Zelenski, J. M. (2025). Belief in a just world and well-being: A daily diary perspective. *Personality and Individual Differences*, 233, 112886. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2024.112886>

Malle, B. F., Guglielmo, S., & Monroe, A. E. (2014). A Theory of Blame. *Psychological Inquiry*, 25(2), 147–186. <https://doi.org/10.1080/1047840X.2014.877340>

Manninen, M., Dishman, R., Hwang, Y., Magrum, E., Deng, Y., & Yli-Piipari, S. (2022). Self-determination theory based instructional interventions and motivational regulations in organized physical activity: A systematic review and multivariate meta-analysis. *Psychology of Sport and Exercise*, 62, 102248. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2022.102248>

Maturana, H. R., & Varela, F. J. (1980). *Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living*. D. Reidel Publishing Company, p. 98

McLafferty, M., McGlinchey, E., Travers, A., & Armour, C. (2021). The mediating role of resilience on psychopathology following childhood adversities among UK armed forces veterans residing in Northern Ireland. *European Journal of Psychotraumatology*, 12(1), 1978176. <https://doi.org/10.1080/20008198.2021.1978176>

Miles, J. B. (2013). ‘Irresponsible and a Disservice’: The integrity of social psychology turns on the free will dilemma. *British Journal of Social Psychology*, 52(2), 205–218. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.2011.02077.x>

Millward-Hopkins, J. (2021). Back to the future: Old values for a new (more equal) world. *Futures*, 128, 102727. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2021.102727>

Monroe, A. E., Dillon, K. D., & Malle, B. F. (2014). Bringing free will down to Earth: People’s psychological concept of free will and its role in moral judgment.

Consciousness and Cognition, 27, 100–108.
<https://doi.org/10.1016/j.concog.2014.04.011>

Morgan, C. A., Chang, Y.-H., Choy, O., Tsai, M.-C., & Hsieh, S. (2021). Adverse Childhood Experiences Are Associated with Reduced Psychological Resilience in Youth: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Children*, 9(1), 27.
<https://doi.org/10.3390/children9010027>

Mosley-Johnson, E., Garacci, E., Wagner, N., Mendez, C., Williams, J. S., & Egede, L. E. (2019). Assessing the relationship between adverse childhood experiences and life satisfaction, psychological well-being, and social well-being: United States Longitudinal Cohort 1995–2014. *Quality of Life Research*, 28(4), 907–914.
<https://doi.org/10.1007/s11136-018-2054-6>

Nadelhoffer, T., Murray, S., & Murry, E. (2023). Intuitions About Free Will and the Failure to Comprehend Determinism. *Erkenntnis*, 88(6), 2515–2536.
<https://doi.org/10.1007/s10670-021-00465-y>

Nadelhoffer, T., Shepard, J., Nahmias, E., Sripada, C., & Ross, L. T. (2014). The free will inventory: Measuring beliefs about agency and responsibility. *Consciousness and Cognition*, 25, 27–41. <https://doi.org/10.1016/j.concog.2014.01.006>

Nahar, K., Mousum, S., Salwa, M., Fatema, K., Chowdhury, T., Tasnim, A., Khan, M. M. H., & Haque, M. A. (2025). Childhood echoes: How benevolent and adverse childhood experiences shape adult mental well-being. *Child Abuse & Neglect*, 163, 107308.
<https://doi.org/10.1016/j.chabu.2025.107308>

Narayan, A. J., Rivera, L. M., Bernstein, R. E., Harris, W. W., & Lieberman, A. F. (2018). Positive childhood experiences predict less psychopathology and stress in pregnant women with childhood adversity: A pilot study of the benevolent childhood experiences (BCEs) scale. *Child abuse & neglect*, 78, 19–30.
<https://doi.org/10.1016/j.chabu.2017.09.022>

Nichols, S. (2004). The folk psychology of free will: Fits and starts. *Mind & Language*, 19(5), 473–502. <https://doi.org/10.1111/j.0268-1064.2004.00269.x>

Nima, A. A., Garcia, D., Sikström, S., & Cloninger, K. M. (2024). The ABC of happiness: Validation of the tridimensional model of subjective well-being (affect, cognition, and

behavior) using Bifactor Polytomous Multidimensional Item Response Theory. *Heliyon*, 10(2), e24386. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e24386>

Norenzayan, A., & Heine, S. J. (2005). Psychological Universals: What Are They and How Can We Know? *Psychological Bulletin*, 131(5), 763–784. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.131.5.763>

Organização Mundial da Saúde (1948). *Summary Reports on Proceedings Minutes and Final Acts of the International Health Conference held in New York from 19 June to 22 July 1946*. World Health Organization, disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/85573>

Paulhus, D.L. (1986). Self-deception and impression management in test responses. In A. Angleitner & J.S. Wiggins (Eds.), *Personality assessment via questionnaire* (pp. 143–165). Springer.

Petty, R. E., & Krosnick, J. A. (2014). *Attitude strength: Antecedents and consequences*. Psychology Press, p. 93 <https://doi.org/10.4324/9781315807041>

Pockett, S. (2007). The concept of free will: Philosophy, neuroscience and the law. *Behavioral Sciences & the Law*, 25(2), 281–293. <https://doi.org/10.1002/bsl.743>

Poole, J. C., Dobson, K. S., & Pusch, D. (2017). Childhood adversity and adult depression: The protective role of psychological resilience. *Child abuse & neglect*, 64, 89–100. <https://doi.org/10.1016/j.chabu.2016.12.012>

Price, J. L. (2005). Free will versus survival: Brain systems that underlie intrinsic constraints on behavior. *Journal of Comparative Neurology*, 493(1), 132–139. <https://doi.org/10.1002/cne.20750>

Pronin, E., Wegner, D. M., McCarthy, K., & Rodriguez, S. (2006). Everyday magical powers: the role of apparent mental causation in the overestimation of personal influence. *Journal of personality and social psychology*, 91(2), 218. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.91.2.218>

Pronin, E., & Kugler, M. B. (2010). People believe they have more free will than others. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 107(52), 22469–22474. <https://doi.org/10.1073/pnas.1012046108>

Rakos, R. F., Laurene, K. R., Skala, S., & Slane, S. (2008). Belief in Free Will: Measurement and Conceptualization Innovations. *Behavior and Social Issues*, 17(1), 20–40. <https://doi.org/10.5210/bsi.v17i1.1929>

Rigoni, D., Kühn, S., Gaudino, G., Sartori, G., & Brass, M. (2012). Reducing self-control by weakening belief in free will. *Consciousness and Cognition*, 21(3), 1482–1490. <https://doi.org/10.1016/j.concog.2012.04.004>

Robertson, C. E., Pröllochs, N., Schwarzenegger, K., Pärnamets, P., Van Bavel, J. J., & Feuerriegel, S. (2023). Negativity drives online news consumption. *Nature Human Behaviour*, 7(5), 812–822. <https://doi.org/10.1038/s41562-023-01538-4>

Rose, H., Womick, J., & King, L. A. (2023). Purpose maintained: Adverse childhood experiences and meaning in life. *Journal of Personality*, 91(6), 1425–1441. <https://doi.org/10.1111/jopy.12820>

Roth, M., & von Collani, G. (2007). A head-to-head comparison of big-five types and traits in the prediction of social attitudes: Further evidence for a five-cluster typology. *Journal of Individual Differences*, 28(3), 138–149. <https://doi.org/10.1027/1614-0001.28.3.138>

Roth, M., & Herzberg, P. Y. (2007). The resilient type: 'Simply the best' or merely an artifact of social desirability? *Psychology Science*, 49(2), 150–167.

Rozin, P., & Royzman, E. B. (2001). Negativity Bias, Negativity Dominance, and Contagion. *Personality and Social Psychology Review*, 5(4), 296–320. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0504_2

Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2020). Intrinsic and extrinsic motivation from a self-determination theory perspective: Definitions, theory, practices, and future directions. *Contemporary Educational Psychology*, 61, 101860. <https://doi.org/10.1016/j.cedpsych.2020.101860>

Samios, C., Raatjes, B., Ash, J., Lade, S. L., & Langdon, T. (2020). Meaning in Life Following Intimate Partner Psychological Aggression: The Roles of Self-Kindness, Positive Reframing, and Growth. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(7-8), 1567–1586. <https://doi.org/10.1177/0886260519898437>

Sapolsky, R. M. (2023). *Determined: A science of life without free will*. Penguin Press, p. 4.

Sarginson, C., Nicoletta, J., Charlebois, T., Enouy, S., & Tabri, N. (2024). The correlates of appearance focused self-concept: Personality traits, self-concept, sociocultural, and early life experience factors. *Journal of Eating Disorders*, 12(1), 108. <https://doi.org/10.1186/s40337-024-01065-1>

Scali, J., Gandubert, C., Ritchie, K., Soulier, M., Ancelin, M.-L., & Chaudieu, I. (2012). Measuring Resilience in Adult Women Using the 10-Items Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). Role of Trauma Exposure and Anxiety Disorders. *PLoS ONE*, 7(6), e39879. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0039879>

Seery, M. D. (2011). Resilience: A Silver Lining to Experiencing Adverse Life Events? *Current Directions in Psychological Science*, 20(6), 390–394. <https://doi.org/10.1177/0963721411424740>

Seto, E., & Hicks, J. A. (2016). Disassociating the Agent From the Self: Undermining Belief in Free Will Diminishes True Self-Knowledge. *Social Psychological and Personality Science*, 7(7), 726–734. <https://doi.org/10.1177/1948550616653810>

Shin, D. C., & Johnson, D. M. (1978). Avowed happiness as an overall assessment of the quality of life. *Social indicators research*, 5, 475-492. <https://doi.org/10.1007/BF00352944>

Shiota, M. N., & Kalat, J. W. (2018). *Emotion* (Third edition). Oxford University Press, p. 5-6.

Sheffler, J. L., Piazza, J. R., Quinn, J. M., Sachs-Ericsson, N. J., & Stanley, I. H. (2019). Adverse childhood experiences and coping strategies: Identifying pathways to resiliency in adulthood. *Anxiety, Stress, & Coping*, 32(5), 594–609. <https://doi.org/10.1080/10615806.2019.1638699>

Smith, K. E., (Lillian) Xu, Y., & Pollak, S. D. (2025). How childhood adversity affects components of decision making. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 169, 106027. <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2025.106027>

Smith, M. M., Saklofske, D. H., Keefer, K. V., & Tremblay, P. F. (2016). Coping Strategies and Psychological Outcomes: The Moderating Effects of Personal Resiliency. *The Journal of Psychology*, 150(3), 318–332. <https://doi.org/10.1080/00223980.2015.1036828>

St Quinton, T. (2024). The Life of a Free Will Skeptic Is Still Meaningful and Satisfactory. *Journal of Humanistic Psychology*, 00221678241305425. <https://doi.org/10.1177/00221678241305425>

St Quinton, T., & Crescioni, A. W. (2024). Belief in free will: Integration into social cognition models to promote health behavior. *Philosophical Psychology*, 37(8), 2312–2330. <https://doi.org/10.1080/09515089.2022.2140649>

Stillman, T. F., & Baumeister, R. F. (2010). Guilty, free, and wise: Determinism and psychopathy diminish learning from negative emotions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(6), 951–960. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2010.05.012>

Tang, M., Wang, D., & Guerrien, A. (2020). A systematic review and meta-analysis on basic psychological need satisfaction, motivation, and well-being in later life: Contributions of self-determination theory. *PsyCh Journal*, 9(1), 5–33. <https://doi.org/10.1002/pchj.293>

Testé, B., & Perrin, S. (2013). The Impact of Endorsing the Belief in a Just World on Social Judgments: The Social Utility and Social Desirability of Just-World Beliefs for Self and for Others. *Social Psychology*, 44(3), 209–218. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000105>

Tlapek, S. M., Auslander, W., Edmond, T., Gerke, D., Voth Schrag, R., & Threlfall, J. (2017). The moderating role of resiliency on the negative effects of childhood abuse for adolescent girls involved in child welfare. *Children and Youth Services Review*, 73, 437–444. <https://doi.org/10.1016/j.chillyouth.2016.11.026>

Tomaka, J., & Blascovich, J. (1994). Effects of justice beliefs on cognitive appraisal of and subjective physiological, and behavioral responses to potential stress. *Journal of personality and social psychology*, 67(4), 732-740. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.732>

VanderWeele, T. J., & Johnson, B. R. (2025). Multidimensional versus unidimensional approaches to well-being. *Nature Human Behaviour*, 9(5), 857–863. <https://doi.org/10.1038/s41562-025-02187-5>

VanderWeele, T. J., Johnson, B. R., Bialowolski, P. T., Bonhag, R., Bradshaw, M., Breedlove, T., Case, B., Chen, Y., Chen, Z. J., Counted, V., Cowden, R. G., de la Rosa, P. A., Felton, C., Fogleman, A., Gibson, C., Grigoropoulou, N., Gundersen, C., Jang, S.

J., Johnson, K. A., ... Yancey, G. (2025). The Global Flourishing Study: Study Profile and Initial Results on Flourishing. *Nature Mental Health*, 3(6), 636–653. <https://doi.org/10.1038/s44220-025-00423-5>

Verweij, M. & Damasio, A. (2019). *The somatic marker hypothesis and political life*. Oxford Research Encyclopedia of Politics, ed W. R. Thompson. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.928>

Vilanova, T. R. S. F., Costa, Â. B., Nadelhoffer, D. G. T. T., & Koller, S. H. (2017). Evidências de validade do inventário do livre-arbítrio (ILA) para a população brasileira. *Revista Avaliação Psicológica*, 17(01). <https://doi.org/10.15689/ap.2017.1701.01.13308>

Walsh, D., McCartney, G., Smith, M., & Armour, G. (2019). Relationship between childhood socioeconomic position and adverse childhood experiences (ACEs): a systematic review. *Journal of epidemiology and community health*, 73(12), 1087–1093. <https://doi.org/10.1136/jech-2019-212738>

Wenzel, K., Schindler, S., & Reinhard, M.-A. (2017). General Belief in a Just World Is Positively Associated with Dishonest Behavior. *Frontiers in Psychology*, 8, 1770. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01770>

Wright, M. O., Crawford, E., & Del Castillo, D. (2009). Childhood emotional maltreatment and later psychological distress among college students: The mediating role of maladaptive schemas. *Child Abuse & Neglect*, 33(1), 59–68. <https://doi.org/10.1016/j.chab.2008.12.007>

Yohros, A. (2023). Examining the Relationship Between Adverse Childhood Experiences and Juvenile Recidivism: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(3), 1640–1655. <https://doi.org/10.1177/15248380211073846>

Zhao, M., & Huo, Y. (2022). Is free will belief a positive predictor of well-being? The evidence of the cross-lagged examination. *Personality and Individual Differences*, 193, 111617. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111617>

Zhao, M., Liu, J., & Huo, Y. (2024). The value of believing in free will: A prediction on seeking and experiencing meaning in life. *Applied Psychology: Health and Well-Being*, 16(2), 537–552. <https://doi.org/10.1111/aphw.12503>

Zhu, Y., Zhang, G., & Anme, T. (2023). Adverse Childhood Experiences, Resilience, and Emotional Problems in Young Chinese Children. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 20(4), 3028.
<https://doi.org/10.3390/ijerph20043028>

Zimmerman, M. A. (2013). Resiliency theory: A strengths-based approach to research and practice for adolescent health. *Health Education & Behavior*, 40(4), 381-383.
<https://doi.org/10.1177/1090198113493782>